



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO IX — N.º 91 — SÃO PAULO, FEVEREIRO DE 1965 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2

## OS ESTUDANTES EM GREVE!



Uma manifestação de estudantes na Cidade Universitária. Como em 1962, as lutas da classe estudantil obrigou o fascismo, alarmado, a mobilizar o seu aparelho de repressão.

**LISBOA (Do Correspondente)** — Os estudantes portugueses alcançaram no chamado Dia da Universidade uma extraordinária vitória na luta que vêm travando de longa data em defesa das liberdades académicas e contra as violências policiais de que a classe estudantil tem sido permanentemente alvo sob o regime fascista.

Pela primeira vez numa sessão solene presidida pelo próprio reitor da Universidade, o ex-ministro Paulo Cunha, os universitários de Lisboa, elevaram as suas vozes de protesto tumultuando e ridicularizando todas as pompas fascistas de que pretendiam rodear o Acto. Isso apesar de a PIDE estar presente em força e de os estudantes que se manifestavam terem a certeza antecipada de que o preço da sua corajosa atitude seria a prisão. O que mais impressionou aliás os correspondentes estrangeiros que compareceram à cerimónia, na previsão do que ia passar-se, foi a impressionante unanimidade dos estudantes quando interromperam a arenga de Paulo Cunha, pronunciada no grande auditório da Universidade, gritando em coro ASSASSINOS! FASCISTAS! LIBERDADE PARA NOSSOS PRESOS! ABAIXO A PIDE! RENUNCIÁ!

### ANTECEDENTES

As preocupações policiais extraordinárias que o Governo tomou no intuito de intimidar os estudantes, desencorajando-os de se manifestarem, prova que as autoridades fascistas não foram colhidas de surpresa. Efectivamente, o crescendo do movimento estudantil, nos últimos meses, não constituía segredo para ninguém, e a própria PIDE em mais de uma ocasião, para justificar as violências desencadeadas, remetera comunicado à imprensa denunciando pretensos «complots» terroristas. Como habitualmente acontece, o palavrório do Ministério do Interior concluía com um amontoado de mentiras acusando de «subversivos» e «comunistas» todos os estudantes ligados ao movimento em defesa das liberdades académicas. Entretanto, o escandaloso processo do jovem universitário José Luís Saldanha Sanches, da Faculdade de Direito — assunto ao qual «Portugal Democrático» já se referiu largamente — causava profunda revolta entre a massa estudantil, indignada com a farsa jurídica montada pela PIDE. A mobilização espontânea que se operou em todas as faculdades de Lisboa em defesa do colega ameaçado acabou, de resto, por amedrontar o Ministério da Educação que interveio junto do Tribunal, solicitando uma pena leve. A sentença de cinco meses — já cumpridos — aplicada a Saldanha Sanches foi assim recebida como uma vitória da solidariedade estudantil.

(Continua na última página)

## DUAS GRANDES VITÓRIAS

1965 anuncia-se promissor para a luta pela libertação do nosso país e permite-nos profetizar que se trate do ano da arrancada final.

Logo em janeiro dois acontecimentos da maior importância marcaram com pedra branca a evolução do nosso combate. Referimo-nos ao documento corajosamente subscrito por 119 personalidades da Oposição da cidade do Porto, e dado a público no dia 16, protestando contra a política de Salazar e referindo-se especificamente à guerra colonial, e, por outro lado, à extraordinária manifestação dos estudantes de Lisboa, realizada no dia 22.

Não é necessário ser muito optimista para se entusiasmar com estes dois acontecimentos, verificados em menos de uma semana, e para compreender que eles representam o passo mais largo dado nos últimos anos no caminho da derrubada do fascismo.

Com efeito, sendo de carácter diferente, as duas manifestações completam-se e mostram-nos que no nosso país se está trabalhando politicamente como nunca, em profundidade e em extensão.

Conhecida como é a dureza da repressão em Portugal, responsável por tantas mortes e tantas torturas, temos, é claro, que prestar homenagem, antes de mais nada, à coragem dos membros da oposição do Porto e dos estudantes de Lisboa, que romperam definitivamente a barreira do medo e se lançaram, de peito aberto, contra a máquina policial do regime.

Entretanto, mais do que coragem pura e simples o que já seria muito, estas manifestações representam uma extraordinária capacidade de organização, e o alargamento do combate a camadas que até então não se haviam manifestado frontalmente contra o regime. E é isto o mais animador.

Todos os que conhecem a oposição portuguesa sabem que, para que atinja 119 o número de subscritores portugueses politicamente responsáveis e significativos de um documento anti-salazarista da importância do que foi publicado em 16 de janeiro, é necessário que as contradições do fascismo tenham atingido, nos últimos tempos, grupos económicos até então neutros ou indiferentes.

Por outro lado, quem conhece a escola de cinismo e de desinteresse pelos problemas nacionais que é hoje a Universidade portuguesa, sabe também que, para que centenas de estudantes universitários de Lisboa se decidam a interromper as comemorações do Dia da Universidade, presididas pelo Reitor, cujo discurso abafaram aos gritos de «assassinos» e «fascistas», é preciso que a situação se tenha tornado de tal forma asfixiante que agora já não é apenas um grupo (que sempre existiu e a cuja consciência cívica se devem algumas das mais belas batalhas), mas a quase totalidade da juventude que se levanta em defesa dos seus direitos e da dignidade da nação.

Aos desiludidos e aos cínicos, àqueles que duvidam da eficácia de tais demonstrações, recordamos que, nos países de vida política asfixiada e estacelada por anos seguidos de opressão, a juventude e pequenos núcleos de patriotas corajosos e conscientes, têm sido o rastilho que deflagra o canhão da derrubada.

Resta-nos a todos nós, fora ou dentro de Portugal, lutar e trabalhar para que esse sacrifício não seja vão e para que o documento dos 119 e a manifestação dos estudantes de Lisboa sejam realmente aquilo que podem ser: um passo decisivo para a arrancada final.

**PORTUGAL  
DEMOCRATICO**

# A Guerra de Angola e os Comunicados dos Altos Comandos Fascistas

Um dos factos que melhor documentam os progressos realizados no domínio da organização pelas forças democráticas que lutam no Interior do País contra o fascismo é a expansão alcançada pela imprensa revolucionária que se publica na clandestinidade. A "TERRA", o "CAMPONES", a "VERDADE" e ao boletim da FPLN — "UNIDADE E ACÇÃO", para já não falarmos no perseguidíssimo "AVANTE", veio agora juntar-se o "ANTI-COLONIAL". Para que os nossos leitores façam uma ideia da importância desse órgão de esclarecimento da opinião pública e do nível com que nele são tratados os problemas específicos do colonialismo salazarista reproduzimos abaixo do seu numero 3 um artigo em que são analisados alguns dos mais candentes problemas suscitados pela guerra de Angola e refutadas de modo irresponsável as falsidades da propaganda fascista.

Num país onde não existem as mínimas liberdades, onde não é permitida a livre expressão de qualquer corrente de opinião divergente da do governo e onde impera uma apertada censura à imprensa, torna-se difícil ao povo obter uma informação exacta do que se passa seja em que domínio for. No que diz respeito à situação nas colónias portuguesas o problema ainda mais se agrava e em particular em Angola, onde Salazar "decidiu" desde fins de 1961 que a guerra tinha acabado (embora a comparasse em 1963 a um pequeno curso de água alimentado do exterior).

No entanto, impotentes para esconder a heroica luta de libertação nacional do povo angolano, os altos comandos fascistas decidiram, a partir de 22 de Junho de 1963, emitir semanalmente um comunicado militar onde tentam lançar poeira aos olhos do povo português e da opinião pública internacional. Esses comunicados, arduamente "cozinhados", estão longe de reflectir a situação real do que se passa em Angola. Eles são uma autêntica burla, que tenta camuflar a grave situação do exército colonial português em Angola.

Apesar de tudo, a sua leitura atenta e em perspectiva ao longo do tempo, permite nos tirar algumas conclusões, que levantam um pouco o véu de mentiras que cobre a dura realidade.

Do exame dos comunicados resultantes a 8 meses de guerra em Angola (de 22.6.63, data em que começaram, a 15.2.64) verifica-se que os comandos fascistas, apesar

portugueses e tentarem minimizar as dos angolanos não tira nada a esta realidade. Por outro lado há vários comunicados que não assinalam uma única acção ofensiva concreta do exército colonial português (nas acções ofensivas do exército português não incluímos a destruição dos acampamentos de patriotas, por razões que adiante nomearemos).

Um exército muito superior em número, bem armado e equipado, com viaturas e aviões em quantidade para transporte de alimentos, remédios, material, munições e tudo o que for preciso, com paraquedistas, blindados, morteiros, bombas napalm, uma infantaria bem treinada e equipada, com comandos experientes, ao fim de três anos de luta encontra-se positivamente na defensiva.

2.º — As áreas que os patriotas dominam efectivamente e aquelas em que se desenrolam combates são enormes.

Basta referir que os citados comunicados se referem a cerca de 90 regiões diferentes onde se realizaram combates ou outras acções de parte a parte.

Se tivermos em conta que Angola não é Portugal, sendo a sua densidade populacional muito menor, chegando a andar-se dezenas e dezenas de quilómetros por estradas principais sem se encontrar uma povoação, poderemos avaliar a extensão de tais áreas. De notar que as povoações citadas incluem as mais importantes do Norte de Angola (quer do ponto de vista económico, administrativo ou militar) e que ultrapassam as zonas afectadas no começo da luta em 1961. De notar também que algumas dessas regiões se situam a relativamente pouca distância de Luanda.

Aliás os comunicados confessam haver "regiões de muito árduo acesso" onde é difícil surpreender patriotas; que há "zonas ainda infestadas" de patriotas, etc. Finalmente note-se que a maior parte das vezes os comunicados se referem a regiões e não a povoações, o que mostra melhor a extensão dos combates.

3.º — A ocupação militar do território no Norte de Angola por parte das tropas portuguesas é, na maioria dos casos, flutuante.

A guerra de Angola é uma guerra de guerrilhas. A acção dos patriotas angolanos é essencialmente uma acção de desgaste, evitando o combate frontal, isolando o exército colonial português, obrigando-o a um constante vai-vem de colunas de reabastecimento por itinerários difíceis e obrigatórios, onde os patriotas escolhem os melhores locais para as suas emboscadas, forçando o exército colonial a uma grande dispersão, pelo que o seu dispositivo é disseminado e portanto pouco denso. Assim, quando aparece citada num comunicado a "rápida normalização da vida em algumas regiões afectadas", não é raro assinalar combates nessas regiões, alguns comunicados depois.

4.º — O exército colonial português encontra pela frente um exército bem organizado, bem treinado e possuindo um armamento eficaz.

Tendo passado o tempo em que os patriotas atacavam, armados unicamente de instrumentos genéricos, sem qualquer plano e da forma mais desfavorável tempo esse em que os cobardes fascistas realizaram pseudo feitos heróicos, aproveitando-se da enorme vantagem do seu armamento e conhecimentos militares, hoje os patriotas angolanos possuem espingardas, granadas de mão, pistolas, metralhadoras e outras armas au-

tomáticas, bem como engenhos anti-carro que fazem ir pelos ares os aperfeiçoados carros de combate e outro material que o exército português recebe dos parceiros da NATO, actuando os patriotas angolanos numa forma organizada, disciplinada e com um mínimo de perdas.

5.º — O enorme número de acampamentos dos patriotas que os comandos militares portugueses dizem destruir, é uma ilusão.

Segundo as afirmações dos fascistas, as tropas têm destruído, só nestes 8 meses de guerra, dezenas de acampamentos dos patriotas. (Chegam ao descaramento de nem citar o número — quase sempre dizem destruir vários de uma só vez). A realidade é que em tais acampamentos a esmagadora maioria das vezes as tropas coloniais não encontram ninguém. E mais, muitas vezes esses ataques portugueses, transformam-se em contra-ofensivas dos patriotas. Na verdade, vejamos o que eles dizem num documento "reservado", da 3.ª Região Militar, que escondem da grande maioria do povo.

"Alertados por estafetas ou por processos acústicos — detonações dos disparos — os bandos têm quase sempre tempo suficiente para se porem a salvo e levar consigo o armamento de que dispõem. Na melhor das hipóteses apenas se consegue, na precipitação da fuga, que abandonem um ou outro canhangulo, pólvora, alguns cartuchos diversos e documentação.

Mesmo quando em fuga o inimigo não perde normalmente o contacto pela vista com as N.T. (nas suas tropas) cujos movimentos segue de tão perto quanto lhe permite a natureza do terreno e a sua extraordinária aptidão para se dissimular no meio ambiente.

Graças a essa observação constante e ao conhecimento perfeito do terreno — é-lhes muitas vezes possível reagrupar e atacar de emboscada a partir de posições previstas, e muitas vezes já preparadas, a força militar que os perseguiu, ou alertar bandos vizinhos que possam colocar-se em condições de o fazer.

Do exposto poderá inferir-se que o inimigo retoma quase sempre a iniciativa, quando atacado apenas localmente por grupos de combate isolados.

Conhecedor de todas as picadas e trilhos da região, torna-se-lhe fácil, não só dispersar por irradiação de pequenos grupos e escapar à nossa acção, como ainda alertar bandos vizinhos ou voltar a concentrar em locais de onde possa, com relativa segurança, atacar as nossas tropas".

6.º — A apresentação de nativos às autoridades para fugirem à acção dos patriotas é outra mentira dos fascistas.

Querendo fazer crer que a guerra de Angola é obra de grupos de malfeteiros isolados do seu povo, que perseguem as "populações pacíficas", as quais "ardem no desejo de se apresentar às autoridades portuguesas", os colonialistas publicam números fantásticos sobre apresentações de nativos que se teriam refugiado nas matas e no Congo, com medo dos patriotas. Se se somassem os números de apresentações que os fascistas vêm publicando desde o começo da guerra em Angola, certamente se alcançariam números superiores ao da população dessas regiões: A verdade é que as tropas coloniais só encontram nas aldeias do Norte de Angola velhos, mulheres e crianças, estando a esmagadora maioria dos homens válidos mobilizados na luta armada ou fugidos à inumana política de genocídio dos colonialistas.

Basta citar o testemunho do deputado fascista por Angola, Carlos Alves, que afirmou na Assembleia Nacional em 23 de Janeiro de 1963 que, "por razões económicas" só para o Congo ex-belga tinham emigrado do Congo português, meio milhão de angolanos e que tal emigração se acentua cada vez mais.

Os fascistas sabem bem as mentiras que apregoam. Vejamos o



O Centro Republicano Português no dia 16 de Janeiro p.p., promoveu uma festa em homenagem ao Engenheiro Rieca Gonçalves, Presidente daquela agremiação democrática, por motivo da sua partida para a Bélgica, onde o chamaram as suas atividades profissionais. A nossa gravura mostra um aspecto da reunião.

## Explicação aos Leitores

Nos últimos meses, vários dos nossos representantes no exterior têm-se referido, em sua correspondência, ao excessivo preço das assinaturas, apontando-o como fator que desencoraja a sua acção em favor da expansão do jornal.

É um facto evidente, e nós reconhecemo-lo sem qualquer resistência, que o preço de 10 dólares supera consideravelmente o custo de tiragem e o porte aéreo de cada exemplar remetido ao assinante durante os doze meses do ano. Basta comparar esse preço com o de outras publicações, mesmo de elevada categoria gráfica e com maior volume de papel, para se chegar a tal conclusão.

Além disso, dez dólares são uma quantia de que nem todas as pessoas — ou sequer muitas pessoas — podem dispor com facilidade. Para muitos, mesmo levando em conta os seus sentimentos democráticos e ativo desejo de cooperar na luta anti-fascista, pagar essa importância representa um sacrifício. Poderíamos alegar que PORTUGAL DEMOCRATICO não possui as condições da quase generalidade dos órgãos de imprensa, que são, em larga medida, — e até primordialmente — organizações com objectivos comerciais, com as suas carteiras de publicidade funcionando como fonte de lucros. Ainda tendo esse fator em atenção, o preço de 10 dólares continuaria a ser para o leitor — só para o leitor! — demasiado alto.

No entanto o problema deve ser apresentado de outra forma.

PORTUGAL DEMOCRATICO tem de suportar uma elevada despesa global, resultante de encargos que não trazem a menor compensação financeira mas que são uma exigência indeclinável da sua missão e dos seus objectivos. P.D. tem a sua própria massa de assinantes que pagam normalmente o preço da assinatura; possui, no exterior, uma rede de amigos dedicados que, isoladamente ou em colaboração entre si, nos enviam dos diversos países em que residem, nativos com que eles próprios contribuem ou que angariam junto de outros compatriotas anti-fascistas com o fim de ajudar à sobrevivência do jornal; conta, por fim, com as contribuições mensais fixas de um punhado de democratas residentes no Brasil. Nestes últimos, e sem serem os que menor auxílio financeiro prestam ao jornal, incluem-se aqueles que dedicam à feitura de P.D. e as variadas tarefas que sustentam a sua circulação, todas as horas de que dispõem após cada dia de trabalho nas suas profissões em luta pela própria existência.

Essas são as fontes de receita com que conta P.D. Em contrapartida, ele tem de fazer face, além dos encargos normais com papel, tipografia e clichês, ao serviço aéreo para os assinantes do exterior, à correspondência, ao aluguel das instalações, etc. e a um considerável volume de expedição gratuita, por via aérea, destinada a

embaixadas, governos, periódicos, organizações as mais diversas, personalidades, enfim toda uma rede de divulgação cujos objectivos são informar a opinião pública e as autoridades mundiais sobre a luta de libertação travada pelo povo português e conquistar simpatias e apoio a essa luta. Há ainda a expedição, também sem compensação financeira, de numerosos exemplares para fins de propaganda e expansão nos países para onde é maior a corrente emigratória de cidadãos nossos. Todo este serviço é altamente dispendioso em virtude das tarifas postais em vigor. Impõe-se ampliá-lo ainda mais, porém, lamentavelmente, os recursos não têm aumentado na medida de tal necessidade.

Apesar da situação que acima descrevemos, para esclarecimento dos leitores e representantes do jornal, em particular dos que lhe têm manifestado mais dedicação através do apoio constante, os responsáveis pela sua administração não deixaram de procurar uma solução para o problema realmente sério que é o preço das assinaturas, problema que se está constituindo em difícil obstáculo a uma maior expansão de P.D.

Um recente reajustamento das taxas cambiais, no Brasil, que elevou consideravelmente as cotações das divisas estrangeiras, proporcionando assim maior receita em cruzados no desconto e conversão de valores que nos são enviados de fora, permite-nos efetuar uma redução nos preços das assinaturas. Apoiados nesse fator e contando com as possibilidades de aumentar consideravelmente o número de assinantes em virtude dos novos preços, decidimos reduzir de 50% todos os preços para o exterior.

Ao tomar esta medida, fazemos no entanto dois apelos: um, àqueles amigos que nos têm enviado regularmente contribuições especiais, para que não reduzam nem diminuam o ritmo desse auxílio, uma vez que ele continuará a ser, como tem sido até aqui, a nossa principal base de apoio financeiro. Outro, aos representantes do jornal, e a todos os leitores, para que promovam ativamente a angariação de novas assinaturas a fim de por essa forma, se conseguirem compensar a quebra da receita que resultará da nova tabela reduzida.

Resolvemos estabelecer a Assinatura Especial, ao preço de 10 dólares (ou do equivalente na moeda) para as pessoas que desejarem adotar essa forma de ajuda. A partir do próximo número passaremos a publicar, em secção a criar para esse fim, os nomes dos leitores que ao iniciarem ou renovarem as suas assinaturas as subscreverem na modalidade de Assinatura Especial, assim como os nomes dos amigos que enviarem contribuições especiais. Com esse objetivo solicitamos aos nossos representantes que, ao remeterem-nos contribuições em conjunto, as façam acompanhar de uma lista com os nomes dos contribuintes nas citadas condições.

### TABELA DE ASSINATURAS

Países	Preço anual	Exemplar avulso
Via aérea:		
Estados Unidos, Canadá e América Latina	US\$ 5,00	5 cents
Inglaterra	£ 2-0-0	4 sh.
Alemanha	DM 20,00	DM 2,00
Bélgica	FB 270	FB 30
França, Argélia e Marrocos	NF 25	NF 2,50
Holanda	DGld. 20	DGld. 2
Suíça	FS 20	FS 2
África do Sul	R: 4,00	4 sh.
Portugal	Esc: 150\$00	15\$00
Assinatura Especial para qualquer país	US\$ 10,00	
Via marítima:		
Portugal	Esc: 25\$00	2\$50



Fac-similé da 1.ª página de um dos números do órgão da imprensa democrática clandestina "O ANTI-COLONIAL".

do tom optimista que intencionalmente lhes dão (optimismo que não se apóia em factos concretos, mas sim em afirmações vagas do tipo: "Continua a vigilância aérea, fluvial e terrestre". "As nossas forças desenvolveram uma intensa actividade" para perseguir grupos de patriotas "ainda existentes nas algumas áreas do Norte") no sentido de criar a ideia de que a guerra de Angola "está quase a acabar", não podem esconder alguns factos reais, que lhes são altamente desfavoráveis, quando entram na concretização.

1.º — O exército português encontra-se em Angola essencialmente na defensiva.

Se não, vejamos: No período considerado os comunicados assinalam cerca de 140 acções ofensivas dos patriotas angolanos em cerca de 70 regiões diferentes, contra cerca de 20 acções ofensivas em 15 regiões diferentes, por parte das tropas portuguesas (a maior parte das quais em regiões onde os patriotas continuam a atacar as tropas portuguesas).

O facto de os comunicados realçarem as acções ofensivas dos

GAL  
TICO

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

# Nolas e comentários

## «Frente Portuguesa de Libertação Nacional»

Coincidindo com a separação do sr. general Humberto Delgado do movimento unitário da Frente Patriótica de Libertação Nacional, começaram a aparecer na imprensa internacional referências a documentos assinados por uma "Frente Portuguesa de Libertação Nacional". Esta pretensa "Frente", como organização unitária, é absolutamente desconhecida nos meios da emigração democrática portuguesa.

Com efeito, nenhum outro movimento unitário existe em Portugal (como no estrangeiro) além da Frente Patriótica de Libertação Nacional; nenhuma força política anti-fascista integra a ignorada "Frente Portuguesa de Libertação Nacional"; e não é conhecido nenhum democrata, mesmo exilado, que, além do sr. general Humberto Delgado, a tal "organização" possa ter ligado o seu nome.

Assim, porque a denominação usada estabelece confusão com a Frente Patriótica de Libertação Nacional, dado as suas siglas serem idênticas (FPLN), vimos esclarecer os nossos leitores de que o nome de "Frente Portuguesa de Libertação Nacional" nada tem a ver com o movimento unitário — Frente Patriótica de Libertação Nacional — em que se encontram integrados o Movimento de Acção Revolucionária (MAR), o Movimento de Resistência Republicana e Socialista (MRRS), o Partido Comunista Português e outros setores de opinião anti-fascista.

P. D.

## NOVAS FORMAS DE LUTA

Há quem afirme que a Oposição portuguesa já ensaiou todas as formas de luta tradicionais e que hoje os sectores oposicionistas mais consequentes e combativos — a classe operária, os camponeses e os estudantes — não mais se interessam pelas lutas reivindicatórias, de carácter económico ou social, ou pelas manifestações de solidariedade.

Também em relação às acções políticas de massas, aos movimentos eleitorais e outras formas de luta legal, há quem manifeste descrença afirmando que as massas já estão cansadas de tais processos de luta que — dizem — terminam sempre desarticulados pela repressão fascista.

A actualidade política no nosso país e particularmente a acção dos sectores apontados como os mais desinteressados por aquelas formas de luta, desmentem categoricamente aquelas concepções derrotistas.

Poderíamos citar centenas de exemplos, de lutas de carácter económico e político travadas nestes últimos anos pela classe operária portuguesa. São também conhecidas as lutas dos camponeses pelos seus interesses específicos e o facto de nalgumas regiões atrasadas, como as Beiras, — onde nunca se haviam registrado greves — se verificam após o desencadear de movimentos reivindicativos, uma elevação do espírito combativo e uma acentuada consciência anti-fascista.

Porém é nas acções do setor mais permeável às ideias derrotistas e aventuristas dos que fazem as afirmações a que aludimos, que encontramos o mais recente e cabal desmentido. Com efeito, a luta desencadeada pelos estudantes universitários de Lisboa pela libertação dos colegas presos, as corajosas manifestações de rua e as palavras de ordem que têm guiado esta luta magnífica ("Liberdade para os estudantes!", "Liberdade para os presos políticos!", "Abaixo a Pide!", "Renúncia do Reitor!") mostram claramente que a maioria dos estudantes, em vez de se entregarem a dúvidas, interrogações

e vacilações quanto ao caminho a seguir, têm a compreensão do significado autenticamente revolucionário das lutas de massas.

Quer isto dizer que não são aconselháveis necessárias e possíveis novas formas de luta? A realidade de 39 anos de fascismo aí está também para desmentir quem pretender sustentar esta tese.

O agravamento das condições de vida e de exploração das massas trabalhadoras, a continuação e ampliação da guerra colonial, a recente ocupação de bases militares em território nacional pelos militaristas alemães, abrem perspectivas para o desenvolvimento de novas formas de luta, a par das lutas tradicionais.

É no entrelaçamento das acções reivindicativas dos trabalhadores, dos camponeses, dos estudantes e das massas populares, com a luta contra a guerra colonial e o fascismo que, as forças democráticas poderão conduzir os seus quadros e as massas a acções de sabotagem e à desorganização da máquina de produção, especialmente da produção que visa sustentar a guerra colonial.

Porém a nossa experiência revolucionária e de outros povos mostram que estas novas formas de luta só serão possíveis com a intensificação das lutas tradicionais e, paralelamente, a organização da defesa e auto-defesa armada dos combatentes e das massas populares para enfrentar o aparelho repressivo, no desenvolvimento da qual tipo de acções.

As forças democráticas cabe a responsabilidade de encontrar a solução prática para este problema, ganhando assim para a via insurreccional os quadros e as massas populares indispensáveis para varrer o fascismo da nossa pátria.

## «Jeune Afrique» e a Guerra em Angola

O Semanário Tunisino "Jeune Afrique" que acompanha sempre com muito interesse a evolução do problema angolano publicou em dezembro o artigo que abaixo reproduzimos e que no Brasil foi também divulgado pelo jornal "O Estado de São Paulo", sob o título "Holden Roberto perde terreno em Angola".

Mudança completa na atitude da OUA para com o problema angolano. A "Comissão de Libertação" da Organização Africana por Angola, reunida em Dar Es-Salam, decidiu reconhecer a representação do MPLA. Doravante este perceberá um terço do orçamento anual de ajuda ao povo angolano.

Essa decisão vai diretamente ao encontro da tomada pelo Conselho Ministerial da OUA, em Dacar: nessa ocasião a FLNA de Holden Roberto foi declarada o único organismo representativo dos combatentes angolanos. Ao reconhecer o MLPA, reservando-lhe um terço de seu orçamento, a OUA fez exatamente o contrário do que intervir no problema angolano: enveredou por um caminho cujas consequências poderão ser importantes.

Foi durante a última Conferência de Cupula no Cairo, em julho do ano passado, que começou o caso. O presidente do Congo — Brazzaville, Massemba Debat, pusera nitidamente em causa a decisão tomada anteriormente em favor de Holden Roberto. Segundo ele, a distinção entre MPLA e FLNA conservava sua importância e era inútil ignorar uma e dar à outra uma espécie de exclusividade, enquanto uma e outra tinham ainda sua importância. Isso não surpreenderá os leitores de "Jeune Afrique", aos quais nós revelamos já numa nota "confidencial" que o MPLA adquirira direito de cidadania em Brazzaville desde a revolução que pôs fim ao regime de Fulbert Youlou.

Foi após a iniciativa de Massemba Debat que a Conferência Africana de Capula, reunindo-se em sessão secreta, empreendeu a criação de uma subcomissão de três membros — Ghana, RAU, Congo — Brazzaville — para investigar e fazer as recomendações que julgasse boas. No dia 18 de outubro, a subcomissão reuniu-se no Cairo, por ocasião da Conferência dos Países Não Comprometidos; o secretário-geral adjunto

## O OBSCURANTISMO SALAZARISTA - V

# Ainda a Investigação Científica

JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO

A ditadura salazarista, muito logicamente, é inimiga da investigação científica. O imobilismo salazarista não se pode coadunar com a pesquisa, com a busca do novo, com o progresso. A verdade científica tende a destruir o imobilismo. A verdade científica não é compatível com a quietude do cemitério que é o Portugal de Salazar. Há cerca de vinte anos, um Professor português, depois de ter feito brilhantemente um Doutorado numa Universidade alemã, ao chegar a Portugal para ocupar um lugar na Universidade de Lisboa, em conversa com um amigo manifestou a intenção de criar um centro de pesquisas da sua especialidade junto à cadeira em que ia exercer a sua actividade docente. Logo esse amigo, bem experiente e avisado lhe retorquiu: "Tu sabes, a investigação científica é a distração mais perigosa a que um cidadão português se pode dedicar". O Professor em questão, o biologista Flávio Rezende, julgou estar aquele amigo brincando com ele. Dois anos depois, certificou-se que assim não era quando foi demitido das suas funções pelo Governo Salazarista.

No primeiro artigo desta série, entre mais de meia centena de nomes citados — na grande maioria de Professores das Universidades de Lisboa, Porto, e Coimbra, demitidos das suas funções pelo Governo Salazarista, e uma minoria daqueles que nunca chegaram a ser admitidos, em ambos os casos mercê

das "investigações" da P.I.D.E. (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) — encontramos uma trintena de investigadores que constituem indiscutivelmente o escol da investigação científica portuguesa dos últimos vinte e cinco ou trinta anos. Entre estes, não esqueçamos os matemáticos: Ruy Luis Gomes (demitido das suas funções de Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, foi Professor na Universidade de Bahía Blanca na Argentina, e é actualmente Professor na Universidade do Recife no Brasil), Antonio Aniceto Monteiro (Doutor em Ciências Matemáticas pela Universidade de Paris, nunca admitido nas Universidades Portuguesas mercê das "investigações" da P.I.D.E. acima citadas, é actualmente Professor na Universidade de Bahía Blanca na Argentina), Hugo Baptista Ribeiro (Doutor em Ciências Matemáticas por uma Universidade da Suíça, também nunca admitido nas Universidades Portuguesas mercê das "investigações" da P.I.D.E. acima citadas, é actualmente Professor na Universidade de Los Angeles nos Estados Unidos da América do Norte), Alfredo Pereira Gomes (demitido das suas funções de Professor Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Doutor em Ciências Matemáticas pela Universidade de Porto, foi investigador do "Centro Nacional de la Recherche Scientifique" em Paris, é Professor da Universidade do Recife no Brasil, e está actualmente como Professor Associado na Faculdade de Ciências da Universidade de Nancy em França). Não esqueçamos os físicos: Mário Silva (foi demitido das suas funções de Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, é Doutor em Ciências Físicas pela Universidade de Paris), Marques da Silva (foi demitido das suas funções de Professor-Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, é Doutor em Ciências Físicas pela Universidade de Paris), Manuel Valadares (foi demitido das suas funções de Professor-Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, é Doutor em Ciências Físicas pela Universidade de Paris), Manuel Valadares (foi demitido das suas funções de Professor-Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, é Doutor em Ciências Físicas pela Universidade de Paris), João Andrade e Silva (Doutor em Ciências Físicas pela Universidade de Paris, nunca admitido nas Universidades Portuguesas mercê das citadas "investigações" da P.I.D.E., é actualmente investigador no "Centro Nacional de la Recherche Scientifique" em Paris). Não esqueçamos os biólogos: Aurelio Quintanilha (foi demitido das suas funções de Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra), Flávio Rezende (foi demitido das suas funções de Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, mais tarde readmitido mercê de uma medida de clemência...), é Doutor em Ciências Biológicas pela Universidade de Berlim), José Antonio Lima de Faria (demitido das suas funções de Professor-Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, é actualmente Professor na Universidade de Estocolmo na Suécia). Não esqueçamos os médicos: Abel Salazar (foi demitido das suas funções de Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto). Não esqueçamos os agrónomos: Mário de Azevedo Gomes (foi demitido das suas funções de Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, mais tarde readmitido mercê de uma medida de clemência...), Henrique de Barros (foi demitido das suas funções de Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, e trabalha actualmente no "Centro de Estudos de Economia Agrária" da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa). Não esqueçamos os filólogos e os historiadores da literatura: Fidelelino de Figueiredo (nunca admitido nas Universidades Portuguesas, é Professor jubilado da Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo no Brasil), Manuel Rodrigues Lapa (foi demitido das suas funções de Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e foi até há pouco Professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Belo Horizonte no Brasil), Antonio José Saraiva (foi demitido das suas funções de Professor do Liceu de Viana do Castelo, depois de ter sido Professor-Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é actualmente investigador no "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris), André Crabée Rocha (foi demitida das suas funções de Professora Contratada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é Doutora em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e é actualmente investigador no "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris), Oscar Lopes (nunca foi admitido nas Universidades Portuguesas, mercê das já citadas "investigações" da P.I.D.E., e é actualmente Professor no Liceu Rodrigues de Freitas no Porto, ainda muito recentemente impedido pela P.I.D.E. de vir ao Brasil numa "tourné" de conferências, com João Gaspar Simões, Joel Serrão e Luiz Forjaz Trigueiros, subsidiadas pela Fundação Calouste Gulbenkian e patrocinadas pela Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro). Não esqueçamos os ensaístas e historiadores da arte, como Mário Dionísio, Armando de Gusmão, José Augusto França (Doutor em História pela Universidade de Paris). Não esqueçamos os pedagogistas, como Rui Grácio (impedido de ensinar em qualquer estabelecimento de ensino, mesmo nos privados, e por isso durante anos Professor no Liceu francês Charles Lepierre, e actualmente no "Centro de Estudos Pedagógicos" da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa). Não esqueçamos os historiadores da filologia, como Vasco de Magalhães Vilhena (demitido das suas funções de Professor-Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Doutor em Letras pela Universidade de Paris, e actualmente investigador do "Centro Nacional de la Recherche Scientifique" em Paris). Não esqueçamos os ensaístas da história da filosofia e da literatura, como Agostinho da Silva (nunca admitido nas Universidades Portuguesas, mercê das citadas "investigações" da P.I.D.E., e actualmente Professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Brasília), e Eduardo Lourenço da Faria (ex-Professor Assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e actualmente Leitor de Português, a expensas apenas do Governo Francês, na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Grenoble em França). Não esqueçamos os historiadores da literatura francesa, como Vitor Ramos (actualmente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Brasil). Não esqueçamos finalmente, os historiadores da vida política, social, económica, e até os ensaístas da história de Portugal, como o foi o grande Antonio Sergio. Entre os primeiros lembramos os nomes de Joel Serrão, Vitor de Sá, e outros mais, entre os mais novos; Jaime Cortesão, Armando Cortesão, entre os mais velhos. Alguns nomes certamente nos escaparam, nesta relação feita ao acaso da nossa memória. Para terminar, lembramos o da última vítima do ódio à cultura e à investigação por parte das entidades oficiais portuguesas: Vitorino de Magalhães Godinho. Desta última prepotência do fascismo salazarista nos ocuparemos no próximo artigo.

# PORTUGAL, EM ULTIMO LUGAR NA ESCALA EUROPEIA

Continuando a publicação de excertos do atualíssimo depoimento Rumo à Vitória, iniciada na última edição, "Portugal Democrático" pretende levar ao conhecimento dos democratas e portugueses que o lêem a mais objectiva e realista informação sobre a situação nacional. O texto que inserimos nesta página é o primeiro capítulo daquele trabalho, editado clandestinamente em Portugal.

1. Salazar sempre atribuiu o atraso e a miséria de Portugal à "pobreza natural do país". Quem o ouvisse e acreditasse diria que a nós, os portugueses, nos coubera o pior quinhão do planeta. O solo agrícola seriam pedras e calhaus. O clima desfavorável à agricultura. Minérios e fontes de energia quase inexistentes. Nestas condições, como poderia a ditadura fazer mais do que faz?

A explicação pretende apenas abalvar as classes dominantes e o governo fascista dos males que os afligem. Em nenhuma base seria assente. Como se podia e pode falar na "pobreza natural do país", se não estão feitas prospecções abrangendo todo o sub-solo nacional? Se ainda hoje não está calculado com rigor o potencial hidro-eléctrico dos rios portugueses? Se não estão convenientemente estudadas as áreas susceptíveis de rega? E se na indústria estamos atrasados muitas dezenas de anos em relação a outros países europeus?

A própria evolução da economia nacional tem vindo a destruir uma a uma as "bases" da explicação. Na medida em que os capitalistas portugueses e os imperialistas estrangeiros vão aproveitando as riquezas nacionais, cada vez menos Portugal aparece como um país pobre de recursos.

Em 1949, os fascistas calculavam que a produção anual hidro-eléctrica nunca poderia exceder 8 ou 9.000 milhões de kwh. Em 1956, falando a um jornalista suíço da exiguidade dos recursos nacionais, Salazar afirmava que, dentro de 6 anos, "toda a energia estará aproveitada". Que se passou na realidade? Ao fim desses 6 anos, a produção hidro-eléctrica não atingia 3.500 milhões de kwh e, entretanto, as estimativas tinham corrigido o potencial hidro-eléctrico dos rios portugueses para cerca de 20.000 milhões de kwh (o que parece ser ainda inferior ao real).

Durante longos anos, os fascistas afirmaram que os minérios de ferro de Moncorvo, então inexplorados, muito dificilmente poderiam, dada a percentagem da sílica, servir para alguma coisa. Mas, quando os alemães proprietários das minas resolveram começar a exportar o minério e se interessaram na instalação duma siderurgia em Portugal, logo se revelou que os minérios de Moncorvo não eram tão maus como os fascistas os pintavam. A verdade é que só as reservas já conhecidas de 500 milhões de toneladas de minério de alto teor podem garantir ao país durante gerações um elevado consumo de ferro e aço.

Em 1936, Salazar afirmava que as possibilidades de alargamento de terras regadas no Continente não iam além de 150.000 hectares. Mas, quando os grandes capitalistas e os latifundiários começaram a interessar-se pelo progresso técnico da agricultura, logo se revelou que, com uma só barragem em Tancos, poderiam ser regados 100.000 hectares ao longo do Tejo e do Sorraia; que na região de Beja o poderiam ser mais de 100.000 hectares; e que, ainda ao sul do Tejo, mais de 400.000 hectares de terras pobres poderiam beneficiar das águas do Tejo.

Vinte cinco anos atrás, Salazar afirmava que já não existiam incultos e que "estava aproveitando o que podia sê-lo". E entretanto, de 1939 para 1957, a superfície agrícola aumentou 22% e as estatísticas oficiais continuam a referir a existência de terra inculta mas cultivável correspondente a 15% da superfície agrícola.

Quanto às condições de solo e de clima, como se pode dizer que são desfavoráveis para a agricultura, quando, apesar do tremendo atraso técnico, a densidade das vinhas é a mais elevada da Europa e se produzem dos melhores vinhos do mundo; quando raras condições para a fruticultura são geralmente reconhecidas; quando há

400.000 hectares de olival; quando não se tentou ainda sequer numa escala comercial a cultura do algodão, da beterraba e do tabaco; quando Portugal é o primeiro produtor mundial de cortiça e quando a produção de cereais (embora a cultura seja por processos mais que primitivos) quase chega para o abastecimento nacional?

Vê-se a colossal mentira que constitui a explicação do atraso e da miséria por uma suposta pobreza dos recursos naturais.

Os recursos naturais do país são suficientes para garantir o bem-estar material a todos os portugueses. E apenas porque uma dúzia de grupos monopolistas, algumas centenas de latifundiários e o imperialismo estrangeiro os têm nas suas mãos e os exploram em seu proveito, é apenas porque o país é dominado por um governo fascista que os serve, que Portugal se mantém no atraso e na miséria, no último lugar da escala dos países europeus.

## A Obra da Renovação

2. É curioso o contraste entre as lamentações de Salazar e dos seus acólitos acerca da "pobreza natural do país" e o ridículo exagero com que apregoam a sua "obra de renovação". Se nos estudos oficiais reservados a especialistas se vai até ao ponto de reconhecer que Portugal ocupa uma "posição intermédia" entre os países de economia industrializada e os países de economia sub-desenvolvida (relatório do decreto que criou o Banco do Fomento), nas discursatas fascistas, só se houve dizer que Portugal está em pleno desenvolvimento graças à "obra de progresso e renovação sem paralelo na história do país" realizada por Salazar. Repetem esta afirmação por cada fábrica ou fabriqueta inaugurada, por cada quilómetro a mais na produção. Por cada ovo que a economia portuguesa põe cacarejem 24 horas.

Por muito que as mentiras sejam repetidas, elas não mudam as realidades. O rendimento nacional, o consumo de ferro, de aço, de electricidade e de energia em geral, a estrutura do comércio externo, o nível de vida dos trabalhadores, mostram sem sombra de dúvida que a economia portuguesa se encontra num grau de desenvolvimento incomparavelmente inferior ao dos outros países europeus, se exceptuarmos a Espanha franquista e a Grécia reaccionária, que, nos vários aspectos da situação económica, ocupam sempre com Portugal, embora à sua frente, os três últimos lugares da escala europeia.

O rendimento nacional por habitante em Portugal orça pelos 250 dólares por habitante. Nenhum outro país da Europa acusa tão baixa capitação. Mesmo a miserável Espanha franquista acusa uma capitação superior em um sexto à verificada em Portugal. A Grécia acusa já maior avanço. Daí para cima, as diferenças de capitação do rendimento mostram que Portugal caminha com meio século de atraso. Na Irlanda, Itália, Áustria e Holanda, o rendimento por habitante é de 500 a 1.000 dólares; na Bélgica, França, Dinamarca, Alemanha Ocidental, Noruega, Inglaterra e Luxemburgo de 1.000 a 1.200 dólares; na Suécia e Suíça ultrapassa os 1.500 dólares por habitante.

No consumo de ferro e aço o mesmo se verifica. O consumo de Portugal em equivalente de aço bruto é de cerca de 60 quilos por habitante. Tirando a Grécia e a Espanha, os outros países europeus consomem de 4 a 9 vezes mais que Portugal. O mesmo no consumo de electricidade: a capitação da produção em Portugal é de cerca de 400 kwh por habitante.

Tirando a Grécia e a Espanha (esta com uma capitação quase dupla da portuguesa) os outros países europeus produzem por habitante de 3 a 24 vezes mais que Portugal. No consumo total de hulha, lignite, produtos de petróleo, gás natural e energia hidro-eléctrica, Portugal está a grande distância de todos os outros países da Europa. A Grécia consome mais um terço; a Espanha mais do dobro; os outros países de 5 a 12 vezes mais por habitante.

A estrutura do comércio externo caracteriza também com nitidez a posição de Portugal como país sub-desenvolvido. Em 1962, as exportações de matérias primas e produtos semi-manufacturados subiram a 52% do total das exportações e as importações de produtos industriais subiram a 61% do total das importações. É de notar que a situação aparece com nitidez apesar da existência das colónias portuguesas, com as quais o comércio tem a característica inversa, vendendo-se produtos manufacturados e importando-se matérias-primas.

As relações comerciais com os países europeus economicamente mais desenvolvidos mostram o atraso da economia portuguesa e a situação de dependência. Em 1962 por cada tonelada importada da Inglaterra pagaram-se 7,7 contos; por cada tonelada que para lá se exportou receberam-se 3,6 contos. Por cada tonelada importada da Alemanha pagaram-se 11,7 contos; por cada tonelada que para lá se exportou receberam-se 3,6 contos. E precisamente o inverso do que sucede no comércio com as colónias: no mesmo ano pagaram-se 3,5 contos por cada tonelada importada e receberam-se 9,3 contos por cada tonelada exportada. Esta comparação mostra que a economia portuguesa está para os países capitalistas mais desenvolvidos, como a economia das colónias portuguesas está para Portugal. Esta é a verdade da "posição intermédia" de que falam os fascistas. Longe de acusar um desenvolvimento satisfatório da economia nacional, mostra apenas o seu trágico atraso.

Dado o desenvolvimento desigual do capitalismo, a situação (embora com oscilações) tende a agravar-se em prejuízo de Portugal. No comércio com os países mais desenvolvidos vai baixando o preço relativo do que se vende e aumentando o preço do que se compra, registrando-se desde 1953 um agravamento das razões de troca de 7 a 40% conforme os anos. Isto mostra que, longe de "estarmos a apanhar" os países mais desenvolvidos, como os fascistas pretendem, estamos a ficar cada vez a maior distância.

Correspondendo ao atraso geral do país, o nível de vida em Portugal é o mais baixo da Europa. A alimentação diária dos portugueses contém em média 2.500 calorias. Nos restantes países capitalistas da Europa, em 2 contém cerca de 2.800 calorias, em 7 de 2.900 a 3.000 e em 5 mais de 3.000 calorias. Em nenhum outro país da Europa se consome menos carne, menos ovos, menos leite, menos lacticínios. Cada português come em média 20 quilogramas de carne por ano, quando na maior parte dos outros países se comem em média 50, 60, 70 quilos e mais. Cada português come em média 4 quilos de ovos por ano, quando nos outros países se consomem de 8 a 20 quilos. É evidente que as médias não têm em conta a distribuição do consumo entre várias classes sociais. Os trabalhadores portugueses sabem bem que a carne só aparece em dias de festa e que os ovos e o leite são para as mesas dos ricos.

Também no que respeita às outras condições de vida, a situação do povo português cada vez mais se distancia da dos outros povos europeus. Que vemos por exemplo, em relação à habitação? Os fascistas fazem grande propaganda do que se constrói, afirmam mesmo que se constrói demasiado. Entretanto em Portugal constroem-se em cada ano 3,5 fogos por 1.000 habi-

tantes, quando nos outros países europeus (salvo a Espanha) se constroem de 5 a 9 fogos.

Tudo isto mostra o atraso do país, a sua posição como país "sub-desenvolvido", mesmo que os fascistas lhe queiram chamar "posição intermédia". Estar a meio caminho entre países submetidos secularmente à escravidão colonial e os países capitalistas desenvolvidos não podem alegrar os portugueses. Não os pode alegrar que Portugal seja o país mais pobre e mais atrasado da Europa.

## Indústria e Transporte

3. Um facto à primeira vista surpreendente, para quem estude a composição do capital na indústria portuguesa é o ser elevada a relação entre as matérias primas, amortização do equipamento e energia por um lado, e os salários por outro, o que nos países evoluídos e sinal duma indústria avançada. No conjunto de 28 dos principais ramos industriais, essa relação (composição orgânica do capital) é igual a 6,5. Isto é, no valor do produto desses ramos, a parte relativa a equipamento, matérias primas, energia, etc. (capital constante) é quase 7 vezes superior à parte relativa aos salários (capital variável). Este número é muito próximo do que se obtém em países altamente industrializados, onde pesa o equipamento, o nível técnico, a automatização. Entretanto, em Portugal, a elevada composição orgânica do capital não pode ser entendida como indicadora duma situação semelhante. Só em medida escassa e em setores muito limitados (como nos adubos químicos com a composição orgânica de 14, nos cimentos com 6, na borracha com 7) ela reflete certa importância do equipamento. No fundamental, essa elevada composição orgânica acusa o peso das matérias primas em indústrias preparadoras e atrasadas (53 nos resinosos, 34 na refinação do açúcar, 29 na moagem, 12 nos curtumes, 7 nas cortiças) e o baixíssimo preço da força de trabalho.

De facto, a indústria portuguesa é em larga medida preparadora de matérias primas, como tal devendo ser consideradas as principais indústrias de exportação (cortiças, conservas, resinosos, madeiras). As matérias primas representam mais de 95% do capital constante na cortiça, resinosos, descasque, moagem, sabões, curtumes; de 80 a 96% nas conservas, adubos químicos, algodões, lanifícios, papel, borracha, corte de pelo, açúcar, cutelaria, tintas e vernizes. A elevada composição orgânica do capital, que à primeira vista pareceria indicar uma indústria evoluída, indica apenas o atraso da indústria.

Só nos fosforos, cimento, cerveja, lanifícios, cal hidráulica e porcelanas e faianças o equipamento correspondem mais de 10% de capital constante. Isto resulta mais do processo industrial que do avanço técnico. Na generalidade dos ramos industriais, a quota do equipamento oscila entre 2 e 8%.

Compreende-se esta situação, notando que em muitos ramos da indústria, a maquinaria e o equipamento são antigos, cansados, gastos. Segundo numeros apresentados no II Congresso das Indústrias, os maquinismos antiquados representam 97% na fundição do ferro, 85% no papel, 80% na moagem de trigo, no açúcar e nos artigos de borracha, 75% nas tintas e vernizes, descasque de arroz, telhas e tijolos e louças de barro verde-lho, 70% nos vidros, de 50 a 70% na fiiação de cardado, chocolates e cacaos, 30 a 50% no cimento, cerâmica, lacticínios, fiiação de algodão, parafusos de metal e pregos. Estes numeros seriam para fazer cólar de vergonha (se a tivessem) os fascistas que falam da "obra de progresso e renovação que não tem paralelo na nossa história". Vê-se que, em alguns ramos da indústria, se tem que fazer um reequipamento quase total. Nada de admirar que técnicos estrangeiros

de visita ao nosso país tenham dito de alguns ramos industriais que a maquinaria existente está boa para a sucata.

Que se vê por exemplo no têxtil de algodão de que se gaba tanto o equipamento? A idade média dos fusos é de 20 anos e 15% têm mais de 50 anos, e a densidade por operário é de 70 fusos, — menos de metade da Inglaterra e cerca de um terço da França. O que se passa na têxtil de algodão passa-se em muitos outros ramos da indústria.

Também os transportes ferroviários se destacam na Europa pelo seu atraso. Em 1962 estavam ao serviço 470 locomotivas e 11.692 carruagens e vagões, correspondendo respectivamente a 5 e 127 por 100.000 habitantes. Os países mais desenvolvidos têm em relação ao número de habitantes de 3 a 6 vezes mais locomotivas e de 3 a 7 vezes mais carruagens e vagões que Portugal. O tráfego é em Portugal muito menos intenso. O número de toneladas-quilómetro nos outros países é de 2 a 80 vezes superior ao registrado em Portugal e o número de passageiros-quilómetro de 3 a 18 vezes superior. Os fascistas mostram as linhas electrificadas aos estrangeiros como se fossem assim todos os caminhos de ferro portugueses. Mas também essas linhas comparadas com as outras retratam, não o progresso do país, mas uma típica política de classe num país industrialmente atrasado: expressos luxuosos Lisboa-Porto e correios roneiros em todo o resto, bons acessos (onde os há) nas vias turísticas e falta de via na maior parte do país, belos salões de primeira para os burgueses e caranguejolas a desconjuntarem-se para os trabalhadores.

## Agricultura e Pecuária

O atraso da indústria e dos transportes é acompanhado pelo atraso na agricultura. Um confronto da agricultura portuguesa com a dos restantes países da Europa capitalista (na base do uso de tractores e adubos químicos, do efectivo pecuário e das produções por hectare dos principais produtos agrícolas) mostra que apesar de Portugal ser "um país essencialmente agrícola", também na agricultura está muito atrás dos outros países europeus.

Apesar de que os dados disponíveis para o conjunto dos países europeus são de 1961, eles permitem a comparação com suficiente actualidade, uma vez que neste domínio, a situação não se transforma num curto espaço de tempo. Que sucede em relação ao uso de tractores? Em 1961, havia em Portugal 10.748 tractores, o que corresponde a média de 26 tractores por 10.000 hectares de superfície agrícola. Só a Espanha e a Grécia se não distanciam de Portugal. Todos os outros países têm uma densidade de tractores incomparavelmente superior. A grande maioria utiliza por hectare 10 vezes mais tractores do que Portugal e alguns 15 a 20 vezes mais. Para neste domínio, Portugal estar equipado ao nível dos países capitalistas mais evoluídos da Europa, teria que passar de 10.000 tractores para 100.000 ou 150.000. Classificando os países da Europa capitalista, segundo a densidade de tractores Portugal aparece ao fim da escala com 4% dos tractores em relação ao país que ocupa o primeiro lugar.

Que sucede em relação aos adubos? Em 1961, consumiram-se em Portugal 138.200 toneladas de adubos químicos (elementos nobres), o que corresponde a 33,5 quilogramas por hectare de superfície agrícola. A maior parte dos países têm um consumo por hectare incomparavelmente superior, atingindo os países de agricultura mais desenvolvida 4 a 5 vezes mais do que Portugal. Classificando os países segundo o consumo de adubos químicos (Continua na Pág. 7)

# Colonialismo e Anticolonialismo

## ANGOLA

### AUDACIOSA OPERAÇÃO

Nunca, nesta colónia, cessaram as operações de guerra, sendo disso melhores testemunhos os ininterruptos comunicados de guerra das próprias tropas salazaristas.

Como se sabe, a principal zona de operações tem sido o norte do território. Mas outras operações têm tido lugar em diferentes zonas, como no sul da colónia.

Recentemente, as tropas nacionalistas preparam, nas margens do rio Lifune, a apenas 60 quilómetros de Luanda, um ataque às tropas coloniais da capital. Como as tropas portuguesas tivessem tentado perseguir as forças nacionalistas, caíram numa emboscada, perto da exploração salina de Capulo, tendo deixado 15 mortos no campo e dois veículos destruídos.

Do já citado boletim "ANGOLA" transcrevemos um trecho do artigo intitulado "A LUTA ARMADA DO POVO ANGOLANO":

"... A luta armada no interior de Angola fez com que os coloniais portugueses abolissem, no papel, o Estatuto dos Indígenas, e criassem mais escolas para tentar quebrar o élan revolucionário do povo angolano e manter, durante algum tempo, os seus injustos privilégios no solo angolano. Ora, isto veio provar, concretamente, que a linguagem das armas que o povo angolano utiliza contra os colonialistas portugueses é o único meio capaz de os fazer recuar. Renunciar a essa linguagem é o mesmo que aceitar o jugo colonial."

"Vivemos, hoje, numa época em que se liquida o sistema colonial, o imperialismo. Muitas nações, ontem oprimidas, conquistaram a sua liberdade e independência e centenas de milhões de homens, ontem oprimidos, maltratados e desprezados pelos imperialistas, desembaraçaram-se hoje do jugo estrangeiro."

"A liquidação do colonialismo em Angola é uma corrente da época que ninguém pode sustentar. É certa, porque quatro milhões de angolanos estão dispostos a fazerem, livremente, a sua História!"

## GUINE'

### PROSEGUEM AS OPERAÇÕES

Por todo o país, as forças do PAIGC não dão descanso às tropas portuguesas.

No norte, na zona de Mores, travou-se recentemente uma dura batalha durante quatro dias, segundo um comunicado do PAIGC. De uma força portuguesa de cerca de um milhar de homens, morreram 150 e ficaram feridos mais de cem.

Em Jumbembem, as tropas portuguesas tiveram 12 mortos e vários feridos, ao ser atacado o seu acampamento em que se encontravam.

Trinta e seis soldados portugueses encontraram a morte em recontros ocorridos em Duba, Binar e Naja.

No sul, foi há pouco destruída a ponte sobre o rio Dalana, o que lançou as tropas portuguesas acantonadas nessa região num isolamento maior.

Os soldados da PAIGC infligiram pesadas perdas às tropas portuguesas em Kebo, Fulacunda, Cafal e Guilege, apreendendo importante material bélico.

Por outro lado, tal é a segurança com que os nacionalistas detêm as partes do território já libertadas, que prosseguem aí uma notável atividade no domínio da produção e organização civil.

Foram instalados e estão já em funcionamento, por exemplo, numerosos "Lojas do Povo". Estas têm como objetivo abastecer a população de artigos de primeira necessidade e bem assim comercializar a produção agrícola local.

Assim, a guerra dá lugar à paz, e o colonialismo à reconstrução pacífica e democrática do país.

# NEGREIROS DO NOSSO TEMPO

por FERREIRA RATO

A emigração clandestina para França constitui um problema que, pelas causas que o determinam e formas de que se reveste, ilustra bem a actual situação de Portugal. Publicamos a seguir a tradução de certos de uma reportagem da autoria do nosso amigo Ferreira Rato, recentemente publicada em Paris, no mensário La Défense (Dezembro):

No momento da proclamação da República, em 1910, Portugal tinha um securo de atraso sobre as nações evoluídas da Europa. As medidas tomadas pelo Governo republicano para melhorar as condições de vida nacional suscitaram grandes esperanças. Diminuiu a emigração para o Brasil. A Nação organizou-se. Todavia, e por motivos que não podemos desenvolver aqui, a República foi esmagada, a reação subiu de novo ao poder, e Portugal recaiu sob a tutela de forças tenebrosas do passado e da Idade Média. A guerra contra as populações coloniais acabou de completar a ruína nacional. Os portugueses procuram outra vez, como solução, a saída do País, a fuga contra a repressão! Fuga da guerra, fuga da fome! O camponês abandona a terra, o operário a fábrica, os estudantes e mesmo os professores abandonam as escolas e universidades, comerciantes, pequenos industriais e até funcionários abandonam o país. A repressão é violenta, mesmo brutal. Não há liberdade de associação, não há liberdade sindical. Um trabalhador não pode reclamar aumento de salário sem correr o risco da prisão, e uma diretoria de associação desportiva não pode ser eleita sem a interferência da PIDE (Policia Política). As organizações religiosas, mesmo essas, são perseguidas, e alguns padres são encarcerados. Recentemente assistimos ao encarceramento do paroco de Louzada, fato que provocou o levantamento da população da aldeia. As forças repressivas dispararam sobre o povo e houve mortos e feridos graves.

Nestas circunstâncias é obvio que o povo encontra na emigração uma salvação. E o melhor do povo português é atraiado para a prisão ou obrigado a deixar o país.

### UM PAIS ATRASADO

Sabe-se que Portugal tem recursos suficientes e riquezas inexploradas bastantes para fazer viver a população com bom nível de vida. Salazar, todavia, proclama que o país é pobre, porque assim justifica a degradação económica a que o regime o conduziu. Portugal é o país mais atrasado da Europa. A renda nacional por habitante aproxima-se de uma média de 230 dólares por ano, enquanto que em França a mesma renda atinge os 1.120 dólares. Em nenhum outro país é tão baixa a renda nacional. São 50 anos de atraso em relação aos países mais desenvolvidos, tais como a França. O nível de vida é o mais baixo da Europa, a alimentação quotidiana, entre os Portugueses, atinge em média 2.400 calorias, enquanto que em França, é de 3.000. O povo português é o que, na Europa, consome menos ovos, menos carne, menos leite. Se considerarmos a média, pode-se dizer que cada português consome 20 quilos de carne por ano. Mas nós sabemos que há pessoas, e há famílias, que não provam carne durante semanas, meses, e até anos; muitos há que comem carne somente uma vez por semana ou por mês.

Pode-se dizer, sem trair a verdade, que a maior parte da população portuguesa anda descalça. Em Salazar está no poder há quase 40 anos.

É preciso que todos os outros povos, e o francês em particular, tomem conhecimento destes factos, para assim poderem analisar o fenómeno da emigração portuguesa, consequência desse regime medieval. Não é por acaso, nem com o intuito de prejudicar a vida do povo francês, que todos os dias uma centena de portugueses atravessa clandestinamente a fronteira francesa. Todos os povos amam a sua Pátria. Se os Portugueses abandonam o seu país, a sua família, e tudo o que lhes é querido, é em busca de algo que lhes é negado na sua terra. É a escolha da França não é uma casualidade.

### O MITO DA FRANÇA

As pessoas simples de Portugal todas as pessoas que pensam em deixar Portugal escolhem a França. Atualmente acorrem a França como outrora demandavam o Brasil.

Após a Libertação, a França conquistou o coração do povo português. Já vivia, pelas suas tradições, na

sua alma. Por outro lado, existe a convicção, em Portugal, de que se ganha muita dinheiro na França, de que se encontra facilmente trabalho que dá para viver bem e proporcionar bem estar aos seus. Criou-se em Portugal a imagem duma França próspera, feliz e plena de liberdade. Com efeito, muitos portugueses acharam a França, em relação ao Portugal fascista, um país incomparavelmente melhor e fizeram dele a maior propaganda. A situação em Portugal piora dia a dia. O governo de Salazar nega-se a conceder passaportes aos trabalhadores. Os "negreiros", com a complicitade dos funcionários do Estado, organizam-se e, assim, muita gente sacrifica todos os seus bens ou cobre-se de dívidas para pagar o preço exorbitante da sua entrada na França.

Esses contrabandistas são "poderosos"; sabem tirar proveito da miséria e do desespero dum povo. Ajudam também a fazer a propaganda da França e das suas "maravilhas". Criaram o mito do "paraíso francês" para melhor submeter os "escravos", que transportam em caminhões de gado ou por não importa que meio. Neste tráfico, estão metidos até policiais da PIDE. A corrupção faz parte do regime. Há funcionários do Estado que exigem por cada passaporte 1.000 fr. (6.000\$) quando o seu custo normal é de 35 fr. (210\$00).

### VENDI TUDO...

Exemplos não faltam, exemplos diários, exemplos de tragédia dum povo que, para fugir às consequências do fascismo, escolheu a França.

Ontem, recebemos dois portugueses que acabavam de chegar clandestinamente de Portugal. Começaram por nos contar a sua odisséia; "Estamos a procura de trabalho, mas encontramos muitas dificuldades e estamos sem dinheiro. Pagamos doze mil escudos cada um e a nossa viagem durou 15 dias. Caminhamos a pé durante muito tempo e dormíamos em estabulos para nos ocultarmos da polícia. Famosos e mortos de sede, fomos conduzidos a Champigny e ali abandonados à nossa sorte. Erámos 70 numa camioneta de transportar gado e agora não sabemos o que fazer..."

Terminávamos este artigo quando outro português nos veio pedir auxílio. Quizemos conhecer as peripécias da sua viagem e ele contou-nos: "Cheguei hoje. Erámos 92 numa camioneta e só sei dizer que eles nos deixaram perto daqui. Vinham também mulheres e crianças. Vim para a França porque não podia viver em Portugal; um trabalhador braçal ganha em Lisboa 30 escudos. Que pode ele comprar com 30 escudos?"

Um quilo de carne de vaca chega a custar 60 escudos e de vitelo 30 escudos. Gastei 21.000 escudos para chegar aqui. Vendi tudo para poder pagar aos que nos trouxeram. Não deixei a minha mulher sequer uma cadeira. Antes desta viagem, tínhamos alugado uma camioneta de excursão para 45 homens. Queríamos entrar em França legalmente e, com esse fim, fomos de cidade em cidade para dar o aspecto duma excursão. Na localidade de Manteigas, o veículo foi assaltado pela PIDE e nós fomos metidos na fortaleza de Caxias. Isso passou-se em 14 de outubro, quando nós já estávamos viajando desde o dia 4. Conosco, iam um guarda de polícia e um soldado da Guarda Republicana que também queriam vir trabalhar para a França; fomos todos espancados. Saimos enfim da prisão pagando uma caução de 2.000 escudos cada um. O guarda e o soldado continuaram presos.

Entretanto, enquanto os tribunais preparavam o nosso julgamento, demos com os "traficantes" e eis-nos na França, procurando trabalho para ganhar a nossa vida..."

### NÃO É O PARAISO

Haveria, sem dúvida, oportunidades de maior bem-estar para toda essa gente que foge da opressão salazarista e do fascismo português, se os sonhos da França não fossem a maioria das vezes, contrariados por um trabalho duro e penoso, por uma exploração sem limites, por condições de inferioridade em relação aos trabalhadores franceses, se a vida

(continua na página 7)



Guerrilheiros do P. A. I. G. C. num campo de treino.

## MOÇAMBIQUE

### ALASTRA A GUERRA

Segundo dois recentes comunicados da FRELIMO, as operações de libertação do território moçambicano têm atingido grandes proporções.

Pouco antes do fim do ano, foram mortos um oficial e sete soldados portugueses numa localidade situada entre Mueda e Diaca, e as suas armas apreendidas.

Oito soldados portugueses e um africano colaboracionista foram também mortos na mesma altura, em Mocuba, distrito da Zambézia, quando escoltavam 37 mulheres nacionalistas que haviam sido presas e marchavam atadas umas às outras, pelo pescoço. Dois soldados da escolta renderam-se, tendo sido conduzidos a uma base militar da FRELIMO.

Tropas nacionalistas atacaram o posto administrativo de Muidumbe, tendo nessa ocasião sido mortos três soldados portugueses e ficando feridos outros quatro. A sede do posto e as residências dos funcionários foram incendiadas.

Na estrada de Namau, com minas e granadas, os nacionalistas destruíram 4 jeeps portugueses e mataram 20 dos seus tripulantes.

O comandante Santos Gomes, adjunto do comando da Base n.º 5 de Nampula, foi derrubado, com o veículo que tripulava, quando pretendia, com outros aparelhos, executar uma missão punitiva. Teve morte instantânea.

Outro avião, este civil, foi igualmente abatido pelos nacionalistas no distrito de Moçambique. Os passageiros salvaram-se, embora com ferimentos graves, dada a pequena altura a que o aparelho voava. Mas este ficou inutilizado.

### PANICO E COLABORAÇÃO

Ainda segundo os mesmos comunicados da FRELIMO, o moral das tropas portuguesas é bastante baixo, reinando entre elas o pânico e sendo as suas réplicas aos ataques dos nacionalistas caracterizadas pelas desordens e ineficiências. Por seu lado, os moçambicanos prestam decidida colaboração aos seus militantes, advertindo-os dos movimentos das tropas portuguesas. É cada vez maior o número de jovens que se apresentam para participarem em acções militares, conquanto muitas vezes munidos de lanças e armas de fogo de fabrico rudimentar.

### ULTIMAS OPERAÇÕES

Mais uma vez segundo a FRELIMO, patriotas moçambicanos realizaram ultimamente, no distrito de Zambézia, diversos actos de sabotagem, tendo destruído 3 armazéns pertencentes a uma sociedade produtora de chá e matado o gerente e 2 guardas.

Na região de Mualo, região de Chái, foram mortos 2 soldados e um caçador que os acompanhava como voluntário.

Mais quatro soldados portugueses morreram em Chadimba, na região de Nangade.

Numa operação de surpresa, os nacionalistas mataram 113 soldados portugueses na véspera do Natal, na povoação de Miteda.

Mais recentemente ainda, de acordo com um despacho da France Press, mais 83 soldados de Salazar encontraram a morte perante os nacionalistas, desta vez na região de Diaca.

### SABOTAGENS

Paralelamente à luta armada, os nacionalistas moçambicanos desenvolvem grande atividade de sabotagem, destinada a enfraquecer o moral das tropas e dos colonialistas portugueses e bem assim a enfraquecer a economia da colónia.

Assim, em Nampula, foram incendiados 9 vagões de mercadorias, pertencentes à Companhia dos Caminhos de Ferro de Moçambique. Dois outros vagões foram também incendiados, estes pertencentes à Sociedade Algodoeira do Niassa e carregados de algodão no valor de um milhão de escudos.

Em António Ennes, militantes da FRELIMO destruíram cem toneladas de sal e quatro mil sacos, no valor de duzentos mil escudos.

Dez vagões carregados de ferro destinados ao Transvaal foram destruídos e igualmente destruídos em Moamba, perto de Lourenço Marques.

Todas estas acções provocaram uma emoção tão grande que chegaram a ser veiculadas na imprensa portuguesa da colónia.

### GENERALIZAÇÃO DO ÓDIO E DO MEDO

A luta armada prosseguida pela FRELIMO caracteriza-se por operações de surpresa, incursões contra postos militares e patrulhas portuguesas, assim como, tal como vimos, por actos de sabotagem.

Nas regiões mais afectadas, a população colonial não ousa permanecer em casa durante a noite, dirigindo-se aos postos administrativos mais próximos.

Os colonialistas andam permanentemente armados, com espingardas e pistolas.

Este é o clima reinante já em grande parte da colónia, o clima semeado pela política colonialista e fascista de Salazar.

### A DESERÇÃO

A deserção passou a ter lugar nas fileiras do exército português expedicionário em Moçambique, como continua sucedendo respetivamente às forças coloniais que se encontram em Angola e na Guiné.

Assim o soldado Luis dos Santos Machial desertou recentemente da unidade em que servia. Obteve a solidariedade das forças da FRELIMO e passou para o território da Tanzânia.

Aí foi entrevistado pela imprensa, tendo declarado, entre outras coisas, que "os soldados portugueses não tinham nenhuma vontade de combater, fazendo-o somente sob a acção dos oficiais." Relatou, também, inúmeras atrocidades praticadas por oficiais salazaristas para com os prisioneiros e populações indefesas.

# Pela amnistia e contra a repressão

De janeiro a novembro de 1964, um total de 171 pessoas foram condenadas a penas de prisão por "crimes" políticos pelos Tribunais

Plenários portugueses. Eis alguns dados relativos ao período de 6 de outubro a 7 de novembro últimos:

Tribunais plenários	Pessoas julgadas	Absolvidas	Total das penas	"Medidas de segurança"	Total das perdas de direitos políticos
Lisboa	35	1	54a. 10m.	8	245 anos
Porto	6	0	4a. 6m.	0	30 anos
Totais	41	1	58a. 4m.	8	275 anos

Deste total de 41 pessoas, julgadas no espaço de um mês, 11 eram operários, 8 empregados comerciais e de escritório, 8 trabalhadores agrícolas, 6 engenheiros, 2 médicos, 2 mineiros, 1 professor, 1 desenhista, 1 funcionário público, 1 agricultor e uma doméstica. A realidade parece assim provar que a oposição a Salazar e ao seu grupo fascista alcança todas as camadas do povo português.

Vejamos alguns dados sobre estes julgamentos:

A 8/10/64, em Lisboa. Cinco operários da construção naval, Fernando Marques, Mário Dias, Manuel Martins, Domingos da Costa e Manuel Simões, foram condenados em penas de prisão de 17 a 21 meses.

13/10/64, em Lisboa. Sete pessoas de Torres Vedras, Joaquim Bandeira, Luiz Perdigão, Armando Lopes e João Martins, empregados comerciais, Dr. Jerónimo Grilo, o professor Artur Lino e o agricultor Pedro Fernandes, foram condenados a diversas penas de prisão.

17/10/64, em Lisboa. Olívia Cabral, doméstica, foi condenada a 3 anos e 3 meses com "medidas de segurança", o Dr. Dante Marques, médico, Arnaldo Aboim, empregado de escritório e crítico de cinema, e Viana da Rocha, engenheiro, foram condenados cada um a 2 anos e meio de prisão, mais "medidas de segurança".

De 10 de novembro até 18 de dezembro do ano findo, foram levadas a julgamento por motivos políticos 74 pessoas nos tribunais especiais de Lisboa e Porto.

Em 23 de novembro teve início no Porto um julgamento em massa de 35 pessoas.

Entre os restantes julgamentos houve um que incluiu 19 mineiros.

O número total de pessoas julgadas desde 6 de outubro já atinge 115, num período de apenas 2 meses e meio.

Durante o ano de 1964 foram julgadas por delitos políticos 286 pessoas no total.

20/10/64, no Porto, Américo Lopes, Joaquim Cunha, José Nazaré, Manuel dos Santos, Francisco Fortuna e Virgílio Nunes, todos operários têxteis da Covilhã, receberam penas de 8 a 13 meses de prisão.

27/10/64, em Lisboa. Cinco engenheiros, Frederico Mirão, José Arantes, Portela dos Santos, Maia Rebelo e Hugo Fernandes, condenados os dois primeiros a 2 anos e 2 meses de prisão com "medidas de segurança" e os 3 restantes a 20 meses de prisão.

Na mesma data e na mesma cidade, o Dr. Dias Amado, médico e professor universitário demitido em 1947 por oposição ao regime, foi absolvido depois de ter permanecido preso durante 11 meses.

31/10/64, em Lisboa. João Fernandes e António Amaro, mineiros de Aljustrel, condenados a 16 e 13 meses de prisão. Na mesma data e na mesma cidade, Viriato Camilo, editor e desenhista, Espírito Santo e Vasco Granja, empregados de escritório, todos três cineclubistas, condenados a penas de 20 e 18 meses.

7/11/64, em Lisboa. António Abalada, José Machado, Joaquim Araújo, Alvaro Brasileiro, António Raposo e Jacinto Marvão, trabalhadores rurais de Alpiarça (Ribatejo), condenados o primeiro a 2 anos de prisão com "medidas de segurança" e a 16 e 14 meses de prisão os outros cinco.

Na mesma data e na mesma cidade, dois irmãos, Jerónimo e António Bom trabalhadores rurais de Coruche (Ribatejo), condenados respectivamente a 2 anos com "medidas de segurança" e a 18 meses.

Os julgamentos realizados em Lisboa tiveram lugar nos dois tribunais políticos especiais, Plenário e Plenário Auxiliar, este último criado para funcionar quando há acúmulo de processos.

Além de evidenciarem, uma vez mais, o caráter policial e sinistramente anti-popular do "governo" de Salazar e seus cúmplices, os julgamentos acima citados mostram também as verdadeiras proporções e a persistência da Oposição ao regime fascista, e a indomável coragem mantida pelos patriotas portugueses depois de 38 anos de ordem fascista.

(de "Portuguese and Colonial Bulletin", dez./64-jan./65).

## Saudação aos prós políticos

Pela Junta Revolucionária Portuguesa foi endereçada a seguinte saudação aos presos políticos portugueses:

"Na III Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional se havia lugares vagos, esses lugares eram os vossos. Os lugares que por direito pertenciam aos combatentes encarcerados nas masmorras fascistas. E é natural, portanto, que desses lugares embora vagos, recebéssemos um mandato preciso. A luta pela libertação dos presos políticos, pela abolição das medidas de segurança e pela amnistia, faz parte da luta geral do Povo Português pela Liberdade, pela Democracia, pela Independência Nacional.

O longo e duro combate contra o fascismo mais velho da Europa, a resistência perseverante e inquebrantável do nosso Povo, explicam que em Portugal as cadeias estejam cheias, que funcionem as salas de tortura, que homens honrados sejam abatidos a tiro nas ruas ou torturados até ao extremo da resistência física, que patriotas tomem o caminho do exílio ou o abrigo da clandestinidade. É um longo e arduo combate. E os homens e as mulheres que a ele se consagraram e que, vítimas de uma repressão feroz, caíram em plena luta nas garras dos perseguidores fascistas, são o nosso orgulho e constituem para nós o melhor exemplo. Os presos políticos, os últimos da repressão fascista são carne da nossa carne, são a honra do nosso Povo.

A solidariedade que vos é devida justifica esta saudação fraterna de combatentes, a combatentes, porque para nós, apesar das altas muralhas e das fortes grades das pri-

sões que nos separam, vós sois todos combatentes da primeira linha. E também sabemos que vos devemos mais do que palavras. As resoluções que a III Conferência aprovou, no sentido de alargar e fortalecer o movimento antifascista unitário, são a nossa homenagem ao vosso sacrifício. E será pela nossa capacidade de organização e de luta que melhor provaremos. Queridos Amigos, que não foi inútil o vosso esforço, que não foi em vão o vosso exemplo.

Na vossa terra a resistência ao fascismo tem sido persistente e heróica. É necessário passar dum heróica resistência a um heróico combate libertador. Nas tarefas que cumpre realizar, nos combates que iremos travar, vós estareis presentes.

Saberemos corresponder ao mandato que nos chega das masmorras fascistas. Saberemos defender a unidade da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Saberemos lutar pela vossa libertação. Porque a vossa libertação está no coração da nossa luta pela Liberdade do Povo e pela independência da Pátria.

A III Conferência da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL sauda-vos, comovidamente, fraternalmente.

Julietta Gândara homenageada

Na famosa catedral de S. Paulo, no coração da City, em Londres, perante a assistência de centenas de individualidades britânicas e membros do corpo diplomático, realizou-se uma imponente cerimónia em celebração do Dia dos Direitos do Homem, no passado dia 10 de dezembro. A cerimónia foi organizada sob o patrocínio da Associação da Organização das Nações Unidas e da organização Amnesty International, tendo como motivo central a nossa compatriota Dra. Julietta Gândara, eleita Prisioneira Política do Ano de 1965". Durante a cerimónia foi lida uma mensagem do Primeiro Ministro, Senhor Harold Wilson.

Na véspera, e para vergonha pública do regime de Salazar, a imprensa de Londres noticiava que a entrega da tradicional placa de homenagem ao "Prisioneiro Político", em cada ano, não podia, desta vez, ter lugar durante o acto público por se temerem repressões policiais sobre representantes da homenagem que, para o efeito, se deslocariam de Portugal.

A placa, representando uma vela acesa, cercada de arame farpado, símbolo do idealismo político sob o abuso da repressão, foi, pois, entregue durante uma recepção na sede da Amnesty International. Não tendo comparecido, mesmo assim, qualquer representante de Portugal, foi a placa entregue ao nosso compatriota António de Figueiredo, ali exilado. A cerimónia de entrega foi efetuada pelo famoso violinista Yehudi Menuhin que executara uma

(Conclui na página 7)

Adesões e Mensagens

O ato teve a adesão da Central de Trabalhadores do Uruguai, da Casa de Espanha, do Presidente da F.I.L. (Frente Esquerda de Libertação), do Partido Comunista do Uruguai, do Partido Socialista do Uruguai, entre outras agremiações. Enviaram mensagens a Federação dos Estudantes Universitários do Uruguai, a Frente Patriótica de Libertação Nacional (Portugal), as organizações portuguesas do Brasil, a Jovem Guarda Espanhola e o SUN-CA. Pelos presentes foram aprovados os textos de mensagens que depois foram dirigidas ao Secretário geral da ONU, e à Comissão dos Direitos do homem manifestando repúdio pela guerra colonial imposta ao povo português e aos povos africanos, e denunciando a sistemática e constante violação dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem praticada pelo governo de Salazar.

Entre as numerosas personalidades de destaque presentes, que assinaram aqueles documentos, citam-se: D. Luis Machado, presidente da Câmara Municipal de Montevideu; senador nacional D. Henrique Rodriguez; presidente da Frente Esquerda de Libertação, D. Luis Bonavita; e Dr. Ariel Collazo, pelo Movimento Revolucionário Oriental.

Também foi dirigida ao "presidente" Américo Tomaz uma men-

# Solidariedade do Povo Uruguaio

Em 19 de janeiro último, por iniciativa da Junta Patriótica Portuguesa do Uruguai, teve lugar em Montevideu, no auditório da Rádio Nacional, um ato de solidariedade ao povo português. A sessão constituiu uma viorante jornada de apoio à luta contra o regime fascista e em favor da imediata libertação dos presos políticos que lotam os cárceres salazaristas, assim como de apoio às justas lutas de libertação empreendidas pelos povos de Angola, Guiné e Moçambique. O êxito alcançado pelos patriotas exilados no Uruguai adquiriu ainda maior significado pelo fato de a embaixada salazarista ter improvisado, para o mesmo dia e hora, uma "despedida" do seu encarregado de negócios.

## ORADORES

A sessão foi aberta pelo nosso compatriota sr. Aurélio Martins em nome da Junta Patriótica Portuguesa. O orador agradeceu ao povo uruguaio a solidariedade manifestada para com a luta antifascista e libertadora do povo português e, em seguida, fez uma exposição das difíceis condições de luta do povo português em face da repressão brutal exercida pelo regime salazarista e dos êxitos que, não obstante, as forças patrióticas vêm obtendo, agrupadas nas diferentes organizações de luta da Frente Patriótica de Libertação Nacional. O orador seguinte, edil Luis E. Machado, representante da Câmara Municipal de Montevideu denunciou o obscurantismo e os crimes do regime, afirmando que a unidade do povo português acabará dando o golpe final em Salazar e seus acólitos, "visto que a humanidade precisa de povos livres e não escravos".

Outro orador, Leopoldo Sala, que falou em nome da Casa de Espanha, afirmou: "ninguém como nós, espanhóis, pode sentir-se mais identificado com a vossa luta; estamos irmanados por anos e anos de sofrimentos sob o jugo de sangrentas ditaduras. A hora da vitória está próxima, festejaremos juntos a vitória.

Falaram ainda os srs. Julio Luis em nome do Partido Socialista, Alba Puech de Mastrángelo para ler uma emocionante mensagem do Comité Central Feminino da F. I. de L.; Hector Nan em representação da C.T.U. para transmitir a palavra (da classe operária do Uruguai, em fidelidade aos princípios do internacionalismo proletário), afirmando que o salazarismo — que é apoiado pelo imperialismo — será encurralado e destruído pelas lutas da classe operária e do povo português.

Ao encerrar a sessão falou a edil ex-senadora Julia Arévalo, em nome do Partido Comunista Uruguaio, que afirmou não poderem existir dúvidas sobre o próximo fim da ditadura salazarista. "Portugal — disse — o país mais atrasado da Europa, está convertido numa gigantesca prisão, mas a terra rugirá sob os pés de Salazar e do imperialismo".

## ADESÕES E MENSAGENS

Viva o Uruguai!  
Viva Portugal!

Viva a liberdade política, a igualdade social, a fraternidade internacional!

São Paulo, 12 de janeiro de 1965

Pela União das Mulheres Portuguesas — Secção de S. Paulo: Maria Archer; Pela Unidade Democrática Portuguesa: Miguel Urbano Rodrigues; Pelo jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO: Victor Ramos; Pelo Centro Republicano Português: João Sarmento Pimentel.

DE  
DIRE  
Otáv  
RIO I  
nera  
R  
RECIF  
des e  
— Rui  
CURI  
LONI  
Edific  
PORT  
ronha  
26 -  
FELC  
ra —  
- Pel  
INGL  
mitte  
HOLL  
ANG  
kenst  
CAN  
dian  
— 4  
Scarl  
VEN  
ta P  
URU  
Port  
sua  
Di  
CHE  
Ribe  
FRA  
de,  
29,  
Rua  
— 5  
Dian  
sáb  
Nun  
Assi  
Ass  
Anc  
Os  
ape  
res,  
sua

sagem pedindo liberdade para o patriota Manuel Guedes cujo texto reproduzimos noutra local desta edição e um telegrama a Salazar reclamando anistia para os presos e perseguidos políticos portugueses.

Damos a seguir, na íntegra, o texto da mensagem enviada à Junta Patriótica Portuguesa do Uruguai pelos organizações opositoras portuguesas do Brasil por motivo do referido ato:

No momento em que, por vossa iniciativa e prestígio, se realiza em Montevideu um Ato Público de Solidariedade com a luta do povo português em prol da liberdade e integridade na autêntica vida socio-política contemporânea, nós, organizações anti-fascistas do Brasil, estamos presentes.

Estamos presentes como companheiros de combate e participantes do mesmo sacrifício e da mesma esperança. Nas vossas e nas nossas mãos, como nas dos milhares de resistentes da Oposição anti-salazarista dispersos pelo mundo, ou agrihoados na sua própria Pátria, mantêm-se sempre aceso e ardente o facho olímpico desta trágica Maratona em que, há quase 40 anos, corremos entre a morte e a vida. Tantos de nós portugueses, desaparecidos, ram no túmulo, ao longo destes 40 anos de salazarismo, sem terem colhido do seu sacrifício mais que sofrimento, desespero e horror! Das suas mãos desfalecidas tomamos nós o facho olímpico que significa esperança, liberdade, igualdade e fraternidade!

Liberdade política, igualdade social, fraternidade internacional!

Por esses ideais aqui estamos presentes, convosco, com todos os que são como nós, mantendo com a nossa vida, a nossa alma, a nossa resistência, o nosso direito, a nossa tenacidade eterna, o elo imortal da evolução humana.

Viemos aqui, também, para dizer obrigado, muito e muito obrigado, aos nossos amigos do Uruguai, às personalidades eminentes que juntam a sua voz à nossa sempre que clamamos ao mundo a nossa revolta contra a opressão salazarista apoiada pelo imperialismo. Saudamos essas personalidades com admiração e agradecimento.

Abaixo Salazar! Abaixo o Imperialismo!

Saudamos por igual e com o mesmo agradecimento, as organizações operárias, intelectuais, estudantes, femininas, políticas, os estêios da vida nacional uruguaia, esses amigos que nos apoiam com o seu prestígio e ampliam da sua a nossa voz.

Viva o Uruguai!

Decerto, amigos, a vossa luta é a nossa luta, porque o salazarismo é o fascismo e é contra ele que todos nós combatemos. Mas, sentindo-vos ao nosso lado caminhamos mais seguros do triunfo, e por esse apoio, e sua dimensão de esperança, estamos penhorados e comovidos.

A libertação do povo português pertence-nos e é tarefa nossa. Mas animamo-nos o vosso apoio e contamos com ele até o dia da vitória.

Viva o Uruguai!

Viva Portugal!

Viva a liberdade política, a igualdade social, a fraternidade internacional!

São Paulo, 12 de janeiro de 1965

Pela União das Mulheres Portuguesas — Secção de S. Paulo: Maria Archer; Pela Unidade Democrática Portuguesa: Miguel Urbano Rodrigues; Pelo jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO: Victor Ramos; Pelo Centro Republicano Português: João Sarmento Pimentel.

OUCA A RÁDIO  
PORTUGAL LIVRE  
Diariamente das  
20 às 20,30  
e das  
22,15 às 22,45 (hora de Portugal)  
na banda de 32 metros e das  
0,30 às 0,50  
nas bandas de 36, 40 e 43 metros

Uma Emissora ao Serviço do Povo Português

PORTUGAL DEMOCRATICO

A Guerra de Angola e os Comunicados dos Altos Comandos...

(Conclusão da 2.ª Pág.)

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

para o texto desta... para o texto desta...

mas, sob a acção das chuvas e do calor intenso, suado, atormentado pela sede e pelas picadas dos insetos, sujeito a tremendo desgast psicológico e moral. Odiando esta guerra injusta, não o movem, de nela qualquer ideal, ele conta um a um os dias que faltam para regressar à Pátria e o que mais deseja é estar vivo nesse dia. Isso é o que exigem dos jovens portugueses os interesses dos grandes monopólios coloniais em Angola.

8.º — O exército colonial português continua a praticar em Angola os mais horríveis crimes.

Impotente para esmagar o movimento de libertação nacional em Angola, Salazar ordena ao seu exército colonial que mate sem piedade e sem distinção de idade ou sexo. Essa a razão porque os comunicados poucas vezes falam em prisioneiros feitos pelos portugueses, essa a razão das "pesadas baixas" dos angolanos, que muitas vezes não passam de infame carnificina feita sobre a população indefesa. Essa a razão porque os fascistas hoje já raramente falam da campanha "psico-social" para atrair as populações nativas.

A morte, a desolação, o luto — eis a "campanha psico-social" que eles exercem em Angola.

9.º — O que os salazaristas defendem em Angola são os interesses dos grandes monopólios.

E os comunicados também nos dizem algo sobre isto. E' para proteger os interesses dos donos das grandes fazendas de café e algodão, das minas e outras empresas coloniais que é mobilizado todo um exército de 70 mil homens e um Corpo de Voluntários Coloniais que compelem ao trabalho aqueles angolanos que a luta não mobilizou ou que traíram o seu povo.

Esta é uma pequena parte da situação que é visível através dos comunicados dos altos comandos fascistas.

Esta a situação criada por uma

política cega dum governo incapaz de reconhecer a realidade histórica da inevitabilidade da independência dos povos coloniais.

Mas a nossa juventude, bem como todo o nosso povo vão transformando cada vez mais em acção o seu reconhecimento de que tal política está votada ao fracasso completo e é ruïnosa para os povos das colónias e para o próprio povo português.

O povo português saberá mostrar aos povos das colónias portuguesas que o seu desejo é viver em Paz e Fraternidade com eles. Para isso intensificará cada vez mais a luta para expulsar do poder o governo de vendidos e traidores que oprimem Portugal e os povos das colónias portuguesas.

Apelo a favor de Manuel Guedes

Texto da mensagem dirigida ao "presidente" da República Américo Tomaz pelas personalidades e entidades uruguaias presentes ao ato de solidariedade ao povo português realizado em Montevideu em 19 de janeiro p.p.:

Presidente da República Américo Tomaz, Palácio de Belém

Representantes de partidos políticos, organizações populares, estudantes, sindicais e público assistente a um Ato de solidariedade ao povo português, realizado no dia 19 de janeiro de 1965, no auditório da Rádio Nacional — Montevideu — República Oriental do Uruguai, dirigim-se a V. Exa. para expressar a sua preocupação e ansiedade pela situação dos presos políticos portugueses e muito especialmente do democrata Manuel Guedes, cujo drama é perfeitamente conhecido por nós, gravemente enfermo e ten do já cumprido mais de 18 anos de cárcere, submetido vezes sucessivas a essa aberração jurídica das chamadas "medidas de segurança".

Solicitamos ao governo português, por vosso intermédio, que atenda ao clamor universal e determine que os tribunais restituam a liberdade a Manuel Guedes, acabando com um procedimento que encobre a condenação de um homem à prisão perpétua por motivos de suas idéias políticas.

a) — Luis E. Machado, Ex-Presidente da Junta Departamental de Montevideu; Julia Arévalo de Roche, Ex-Senadora da República; Luis Pedro Bonavita, Presidente da Frente Esquerda de Libertação; Julio Louis, pelo Partido Socialista do Uruguai; Leopoldo Sala, pela Casa de Espanha; Central dos Trabalhadores do Uruguai; Federação dos Estudantes do Uruguai; Junta Patriótica Portuguesa do Uruguai.

JULIETA GANDARA

(Conclusão da 6.ª Pág.)

sonata de Cesar Frank durante a celebração na Catedral de São Paulo.

Ao receber, em nome da homenageada Dra. Julieta Gandara, a placa de preito internacional ao seu martírio sob a repressão do regime, o nosso compatriota afirmou:

"Como português queiro dar-vos o testemunho de que a Dra. Julieta Gandara é uma figura respeitada por todos os democratas portugueses que se orgulham de ter como compatriota quem tão altruisticamente se sacrificou pelos ideais da justiça e da liberdade. Médica em Angola, onde não seria difícil florescer na comodidade do conformismo, ela soube reconhecer — muito antes de Angola se ter tornado num tema discutido e discutível — que a balança da justiça pendia absolutamente para o lado dos angolanos que ansejavam pela dignificação do seu povo e pela independência do seu país. O seu nome e sacrifício serão, sem dúvida, lembrados entre Portugueses e Angolanos, muito depois de se terem esquecido as inglorias e mesquinhas vidas dos funcionários da opressão.

"Perante vós posso, pois, dar o testemunho de que a Sra Dra. Julieta Gandara se portou, nas circunstâncias morais e humanas em que foi colhida, com a coragem que todos nós gostaríamos de ter tido".

Em resultado da alocução António Figueiredo foi convidado para uma entrevista num programa de véspera de Natal na Televisão britânica.

Portugal em último lugar na escala europeia

(Conclusão da 4.ª Pág.)

micos, Portugal aparece com 16% em relação ao país que ocupa o primeiro lugar.

Que sucede em relação ao efectivo pecuário? Em 1961 havia em Portugal 895 mil bovinos, 68 mil cavalos, 126 mil muarezes, 232 mil asininos, 1,5 milhões de suínos, 5 milhões de ovinos e 600 mil caprinos. Reduzindo o efectivo a "cabeças normais" para tornar possível a comparação, vê-se que em Portugal havia 506 "cabeças normais" por 1.000 hectares de superfície agrícola e 244 por 1.000 habitantes. Para se atingir o nível dos países mais evoluídos teria que se duplicar e mesmo triplicar todo o efectivo pecuário. Classificando os países segundo a existência pecuária em relação à superfície agrícola e ao número de habitantes, Portugal aparece de novo no último lugar da escala com 23% do país que ocupa o primeiro lugar.

Que sucede em relação à produção por hectare dos principais produtos agrícolas? Neste aspecto directamente relacionado com o uso de adubos e o efectivo pecuário, a situação de Portugal é de longe a pior da Europa. Acusam-se produções médias que, vistas do resto da Europa, são inacreditáveis: 6,5 quintais de milho, 4 quintais de centeio e cevada, 2,4 quintais de aveia, 12,8 quintais de milho, 83 quintais de batata. Para que Portugal atingisse o nível dos países mais evoluídos, teria que produzir por hectare de 3 a 5 vezes mais trigo, de 4 a 7 vezes mais cevada e milho, de 5 a 15 vezes mais aveia, de 2 a 3 vezes mais batata. Classificados os países da Europa capitalista segundo os rendimentos por hectare dos principais produtos agrícolas, Portugal, apesar de favorecido graças à produção vinícola, aparece no último lugar, com rendimentos unitários correspondentes a 23% dos do país que ocupa o primeiro lugar.

Fazendo uma classificação geral nestes quatro importantes aspectos da agricultura, Portugal fica no último lugar com um índice de 20 em relação ao índice de 100 do país que ocupa o primeiro lugar (Holanda). Isto corresponde a dizer, embora apenas como imagem, mas como imagem próxima da verdade: para que a agricultura portuguesa alcançasse o nível das mais adiantadas da Europa, precisaríamos de ter cinco vezes mais tractores, consumir cinco vezes mais adubos, ter cinco vezes todo o gado actualmente existente e produzir cinco vezes mais por hectare de todos os produtos agrícolas.

Tal o triste estado a que o poder dos monopolistas e dos latifundiários reduziu a agricultura portuguesa. Num país, como Portugal, em que 47% da "população activa com profissão" se dedica às actividades agrícolas, um tal atraso representa necessariamente uma pobreza geral e baixíssimo nível de vida.

Já se tem afirmado que afinal o país não está muito atrasado, pois no produto interno bruto a parte das indústrias transformadoras e da construção sobe a 38,8% do total, ao passo que a parte da agricultura é apenas de 23,5%. Não será verdade (dizem os defensores do regime), que é característica dos países sub-desenvolvidos a maior importância relativa da produção agrícola? A verdade é que estes números não representam qualquer notável avanço industrial, antes reflectem apenas o tremendo atraso agrícola. O produto interno bruto na indústria orça por 40 contos por pessoa activa com profissão no sector (o que é muito pouco), mas na agricultura não passa de 9 contos (o que é uma miséria).

HERANÇA FASCISTA

Uma pesada herança nos deixará a ditadura fascista. Para que a indústria, os transportes, a agricultura, atinjam um nível que os aproxime dos outros países capitalistas mais evoluídos será necessário um esforço gigantesco do povo português partindo em muitos aspectos do que, na actualidade, se pode considerar um zero.

E é sobre o país atrasado, miserável e faminto que cai o incomportável peso de pagar toda uma

pesada máquina do Estado, militar e burocrática, cuja única missão é defender os interesses daqueles que o reduzem ao atraso, à miséria e à fome.

Para sustentar esta máquina parasitária, o governo fascista aumenta ano a ano os impostos fazendo cair o grosso da carga tributária sobre as classes trabalhadoras e a classe média. E, como isso mesmo lhe não chega, recorre aos empréstimos de forma crescente. A dívida pública, na maior parte absorvida por despesas improdutivas, alcança já cerca de 20 milhões de contos, tornando-se um permanente sorvedouro de recursos.

O conveniente aproveitamento das riquezas nacionais, a industrialização, a modernização da agricultura, a libertação dos encargos parasitários do Estado, são condições para se produzir o necessário para o bem-estar do povo e a independência do país. Essa obra não pode porém ser realizada na actual ordem económica e política.

E não pode sê-lo porque, se Portugal se encontra no último lugar da escala europeia, próximo apenas da Espanha fascista e da Grécia reaccionária, mas a grande distância de todos os restantes países, se Portugal tem uma indústria incipiente e uma agricultura indigna do nosso século, isso não se deve à pobreza irremediável dos recursos naturais, mas ao facto de que Portugal é dominado por um pequeno numero de grupos monopolistas e de latifundiários que em benefício próprio sacrificam os interesses do povo e do país. Ao facto de que em Portugal, o imperialismo estrangeiro tem nas suas mãos as principais riquezas nacionais e ramos importantes da economia portuguesa. Ao facto de que, sendo um país dependente, Portugal é ao mesmo tempo um país colonialista, do que tem resultado o desinteresse das classes dominantes pelo desenvolvimento económico geral. Ao facto de que as classes trabalhadoras são sujeitas a uma exploração desapidada que as condena à mais negra miséria e reduz o seu poder de compra. Ao facto de que se segue uma política de guerra que absorve uma parte considerável dos recursos nacionais. Ao facto de que há 38 anos o país é tiranizado por uma ditadura fascista, que abafa as reacções populares, e impõe pela violência e o terror a política dos monopólios e dos latifundiários.

Para que Portugal possa tornar-se um país economicamente desenvolvido, para que possa ser assegurado o bem-estar ao povo e a independência à Pátria é necessário não apenas substituir o governo, mas arrancar as raízes do mal.

O governo fascista é o governo terrorista dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários. O movimento nacional contra a ditadura fascista é um movimento anti-monopolista e anti-imperialista. O derubamento da ditadura fascista tem de ser acompanhado da liquidação da sua base social e da realização duma transformação social profunda da sociedade portuguesa que sirva os interesses do povo e assegure a independência do país.

Nas presentes condições nacionais, a revolução por que lutamos é uma revolução democrática e uma revolução nacional.

Por absoluta falta de espaço, não podemos publicar neste numero o artigo "O DILEMA DE SALAZAR" que nos foi enviado pelo conhecido democrata Antonio de Figueiredo, residente em Londres.

PORTUGAL DEMOCRATICO DIRETOR RESPONSÁVEL Otávio Martins de Moura SUCURSAL RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43.0202 REPRESENTANTES RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 - 1.º CURTIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67. LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141. PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores 26 — Rio Grande do Sul. PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 Pelotas - R. Grande do Sul INGLATERRA: British Committee 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex. HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinckenstraat 13 — Amsterdam — C. CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá. VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas. URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideu. CECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovná Urađa — Praha. FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" 29, rue St. André des Arts, Paris — 6.ºème. REDAÇÃO Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo. EXPEDIENTE Dias úteis: das 19 às 22 horas sábados: das 15 às 19 horas. Número avulso: Cr\$ 50 Assinatura anual Cr\$ 1.500 Ass. p/o Exterior: US\$ 15,00 Ano IX x N.º 91 - Fevereiro, 65 Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

# P. Cunha Recebido com vaias

(Continuação da 1.ª Página).

Fiel à sua tática de avanços e recuos, a PIDE resolveu, porém, contra-atacar nas vésperas do Dia da Universidade, desencadeando uma operação de terror policial.

## PRISÕES EM MASSA

No dia 21 de Dezembro, nada menos de 21 estudantes foram inesperadamente presos em seus domicílios. Nenhuma explicação oficial foi dada a respeito da prepotência policial. Mas esse crime da Gestapo portuguesa contribuiu para elevar ao máximo o clima de tensão reinante no meio universitário.

Pelo facto de a maioria dos jovens detidos serem líderes com funções directivas nas várias associações académicas, julgava a PIDE que decapitara por algum tempo o movimento universitário. Erro grosseiro. Logo no dia seguinte, grupos de estudantes principiaram a distribuir nas ruas prospectos, denunciando as novas arbitrariedades policiais, comparando a PIDE com a Gestapo hitleriana.

## Liberdade para MANUEL GUEDES!

Tendo tomado conhecimento da situação em que se encontra o mais antigo prisioneiro político de Salazar, numerosos intelectuais paulistas endereçaram a seguinte carta ao Ministro da Justiça do governo salazarista:

Excelentíssimo Senhor  
Ministro da Justiça  
LISBOA

Através de notícias divulgadas pela imprensa brasileira, os signatários, professores, escritores e jornalistas de São Paulo, tomaram conhecimento, com surpresa e mágoa, da situação em que se encontra o preso político Manuel Guedes, gravemente doente e ameaçado de ser atingido por novo período de "medidas de segurança".

Particularmente sensíveis a tudo o que de algum modo afeta os sentimentos do povo irmão, não podíamos permanecer indiferentes ante um caso que tão profunda emoção está causando entre a opinião pública portuguesa, sendo a nossa preocupação tanto maior quanto, após a libertação recente de presos políticos há longos anos encarcerados, se havia radicado em nós a convicção de que o governo de V. Exa. se decidira finalmente a não recorrer mais às chamadas "medidas de segurança".

De Manuel Guedes sabemos que está preso há doze anos consecutivos, apesar de haver sido condenado apenas numa pena de quatro anos. Entretanto, oito anos depois de ter cumprido a sentença, continua fechado num calabouço! Precisamente porque não nos move qualquer objetivo político e fazemos questão de nos abster de entrar na apreciação de problemas alheios, chamamos apenas a atenção de V. Exa. para o facto de ser a própria Justiça Portuguesa que se desprestigia ante o fundo em casos como este, permitindo que, a pedido da Polícia Política, as suas sentenças sejam desrespeitadas. Não há argumento capaz de justificar que um homem condenado em tribunal a determinada pena seja mantido na prisão indefinidamente depois de cumprida.

A onda de prisões prosseguiu e o Ministério da Educação, já então em pânico, apressou-se a esclarecer que a «acção das autoridades» visava a eliminar «a infiltração comunista» perturbadora da «unidade nacional». O reitor Paulo Cunha, por sua vez emitiu uma declaração responsabilizando previamente os estudantes por tudo o que pudessem vir a acontecer.

## A MANIFESTAÇÃO DE 23

Por todos os motivos expostos foi numa atmosfera de grande tensão que Paulo Cunha no dia 23, entrou no auditório da Universidade, completamente repleto de estudantes e agentes da PIDE, para dar início à solenidade de encerramento do Dia da Universidade. Logo que penetrou na sala, foi acolhido com uma vaia prolongada e estentórea. Aos gritos de «há estudantes na prisão», a assistência interrompeu-o às primeiras palavras. Entretanto, como pretendesse prosseguir, o tumulto ganhou proporções imensas, iniciando-se então o coro a que aludimos acima.

Todos os esforços da polícia para restabelecer o silêncio falharam, apesar da diligência dos esbirros em realizar prisões na própria sala. Do mesmo modo, as tentativas do reitor para dar prosseguimento à cerimónia esbarraram contra a firme determinação dos estudantes de impedir ao desenrolar da farsa oficial. Quando o ex-ministro Lumbrales pretendeu falar, os

protestos e os apupos recrudesceram, tal como no momento em que alguns dos professores presentes aplaudiram Paulo Cunha.

## GREVE

No momento em que enviávamos esta correspondência, encontram-se já em greve duas faculdades. A iniciativa partiu dos jovens do Instituto Superior de Ciências Económicas e Fi-

nanceiras que declararam luto de 3 dias, informando que o regresso às aulas só se verificaria quando os companheiros presos fossem restituídos à liberdade. O Instituto Superior Técnico também entrou em greve e aguarda-se que outras faculdades acompanhem o movimento.

O número de prisões é já superior a 60.

## Ultima Hora

# Mil Estudantes enfrentam a Polícia nas Ruas de Lisboa

LISBOA (Do Correspondente) — O movimento de revolta que alastra na Universidade em consequência das violências policiais cometidas antes e depois do dia 21 de Janeiro assume proporções impressionantes, voltando-se a respirar nas várias faculdades a mesma atmosfera de luta que caracterizou as greves de maio de 62.

No dia 26 as manifestações, pela primeira vez desde o início dos acontecimentos, transbordaram para a via pública, registrando-se sérios choques entre os estudantes e o aparelho repressivo encarregado de os conter. Em quatro das principais faculdades — Medicina, Direito, Económicas e IST — a não comparencia às aulas atingia já percentagens variáveis entre 70 e 90%, fortalecendo-se o movimento a cada hora. Assim, não causou surpresa a grande concentração que

travando-se uma luta desigual entre os estudantes desarmados e os mercenários do fascismo. O choque foi tão prolongado e violento que o trânsito sofreu interrupção em toda a zona central da cidade, só voltando a ser restabelecido horas depois.

## UMA CRIANÇA DE 13 ANOS ENTRE OS PRESOS!

O clima de indignação entre a população generalizou-se a todo o País. Apesar de todas as precauções tomadas pela censura, sabe-se que já foram enviados à Presidência da República e ao Ministério da Educação centenas de protestos contra a conduta bárbara da Polícia. Alarmado com o crescendo da tensão entre as famílias dos estudantes presos e agredidos — nos choques com a PSP e a GNR houve numerosos feridos — o Governo viu-se obrigado a emitir dois comunicados nos dias 27 e 28, tentando justificar-se através de uma versão falseada dos acontecimentos. Para as autoridades fascistas tudo se resumiria a "uma vasta conspiração comunista". Para que se avale o ridículo da argumentação oficial basta dizer que entre os estudantes presos e acusados de serem membros do Partido Comunista Português figura um menino de 13 anos, José Augusto Silva. As queixas dos pais contra maus tratos e torturas de toda a ordem são recusadas pelos jornais, mas as agências internacionais, nos seus serviços noticiosos para o estrangeiro, têm relatado numerosos casos de sevícias infligidas a muitos dos 70 jovens que se acham detidos. Sabe-se, por exemplo que, uma estudante de 18 anos de apelido Azevedo, encontra-se internada numa clínica psiquiátrica com um profundo abalo nervoso, depois de haver sido torturada e privada do sono durante vários dias e noites. Outro estudante, depois de torturado pela PIDE, inebriu vltro modo e seu estado inspira sérios cuidados.



se realizou de manhã nas proximidades do Instituto Superior Técnico, local donde os manifestantes partiram em desfile de protesto para o centro da cidade.

A Polícia, desorientada, não interveio imediatamente e quando o fez já os estudantes, aplaudidos pelo povo, marchavam em direcção ao Terreiro do Paço e à prisão do Aljube, num grupo compacto, aos gritos de LIBERDADE PARA OS ESTUDANTES! LIBERDADE PARA OS PRESOS POLITICOS! ABAIXO A PIDE! Milhares de prospectos esclarecendo os objectivos do movimento e denunciando as brutalidades da Polícia eram simultaneamente distribuídos.

Quando a PSP e a GNR atacaram os manifestantes, estes reagiram com extraordinária coragem.

Estudantes, divulgadas pelas agências internacionais os signatários, professores da Universidade de São Paulo, solicitam imediata intervenção de Vossa Excelência no sentido da libertação dos jovens presos". Paulo Duarte, Pré-História; Sérgio Buarque de Holanda, História; Florestan Fernandes, Sociologia; Cruz Costa, Filosofia.

## Manifestam-se os Democratas portugueses

As organizações democráticas portuguesas de São Paulo, reunidas no Centro Republicano para comemorar a data de 31 de Janeiro, decidiram por aclamação enviar aos estudantes portugueses a seguinte mensagem:

"Entidades democráticas portuguesas e exilados anti-fascistas no Brasil saudam, nos bravos estudantes universitários e secundários de Lisboa, a combatividade indomável do nosso povo em luta contra a ditadura salazarista e pela instauração da democracia em Portugal". Pelc Centro Republicano Português.

Com. Sarmento Pimentel, Alfredo Masson, Manuel Rocheta, Fernando Ramos, Alexandre Pereira, Abílio Rodrigues, Lenine Alexandre, Mário Bôdas, José Rodrigues Portela. Pelo Jornal Portugal Democrático Joaquim Barradas de Carvalho, Manuel Sertório, Victor Ramos, Augusto Aragão, Miguel Urbano Rodrigues, Antonio Bidarra.

Pela União de Mulheres Portuguesas Maria Archer, Eulália Nunes da Silva, Maria Fernandes, Maria Irolinda Roque, Aldina Rojo, Tereziinha Bôdas.

Pela Unidade Democrática Portuguesa Manuel Ferreira Moura, Helder Costa, Manuel Fonseca, Francisco Sarmento Pimentel, Humberto Silva, João Cosme, Joaquim Figueiredo, Mário Tavares, Heriander Gomes, Joaquim José, Armindo de Azevedo.

## Protesto de professores brasileiros

A política de terror desencadeada pelas autoridades fascistas de Lisboa contra os estudantes causou grande indignação nos meios universitários brasileiros.

Alguns dos professores mais eminentes da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo enviaram ao Ministro da Educação Nacional de Salazar o seguinte telegrama:

"Interpretando o sentimento dos universitários paulistas profundamente preocupados com as notícias sobre violências policiais contra es-

**"A VOZ DA LIBERDADE"**  
Emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional

Todos os Sábados:  
20,15 — Hora do Brasil  
0,15 — Hora de Portugal

Em ondas médias na faixa dos 320 metros  
Em ondas curtas na faixa dos 25 metros

PORTUGAL DEMOCRÁTICO  
R. Cons. Furtado, 191 — SP, Brasil  
Endereços de Assinantes